

170
FEV. 1941

REVISTA DOS CENTENÁRIOS



N.º 23—30 de Novembro de 1940—ANO II



COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO—REDACÇÃO: SECRETARIADO DA
PROPAGANDA NACIONAL—RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

S U M Á R I O

A RESTAURAÇÃO E O TEATRO — <i>Notas para um estudo</i> — <i>Dr. Jorge de Faria</i>	1
A AVENTURA MARÍTIMA DE PORTUGAL NO FOLCLO- RE DO BRASIL — <i>Dr. Gustavo Barroso</i>	7
DISCURSO DO MINISTRO DAS COLÓNIAS NA SESSÃO INAUGURAL DO CONGRESSO COLONIAL REALIZADA NA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA, EM LISBOA, NA NOITE DE 11 DE NOVEMBRO	13
PALAVRAS DE MONS. DR. PEREIRA DOS REIS NA CERIMÓNIA DA EVOCAÇÃO DA FIGURA DO PADRE ANTÓNIO VIEIRA, REALIZADA NA IGREJA DE S. RO- QUE DE LISBOA, EM 17 DE NOVEMBRO	20
SESSÃO SOLENE INAUGURAL DO CONGRESSO LUSO- -BRASILEIRO DE HISTÓRIA, REALIZADA NA ACADE- MIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, NA NOITE DE 18 DE NOVEMBRO	27
ALGUMAS CARTAS DE D. JOÃO IV — <i>Dr. Eduardo</i> <i>Brazão</i>	33
CASTELOS DE PORTUGAL — MÉRTOLO E SERPA — <i>Cap. Jorge Larcher</i>	41
NOTAS VÁRIAS	45

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(P A G A M E N T O A D I A N T A D O)

	1 ano	2 anos
Continente e Ilhas adjacentes	25\$00	50\$00
Portugal de Ultramar	30\$00	60\$00
Estrangeiro	35\$00	70\$00

Número avulso: 2\$50

A OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

encarrega-se de encadernar a

REVISTA DOS CENTENÁRIOS

I ANO

Capas em carneiro, com ferros especiais :

A fogo	25\$00
A ouro	30\$00
(Empaste)	5\$00

OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

Rua da Oliveira, ao Carmo, 8/Lisboa

TELEFONE 2 2886

A RESTAURAÇÃO E O TEATRO

(NOTAS PARA UM ESTUDO)

O tema que mais tem sido tratado no teatro, salvante o dos amores trágicos de Pedro e Inez é, com certeza, o da Restauração

Logo em 1645 Manuel de Araujo e Castro publicava em Lisboa a rarissima comedia famosa «La mayor hazaña de Portugal».

No mesmo ano o penichense Pedro Salgado, soldado das campanhas do Alentejo editava também em Lisboa outra campanuda peça com este estirado título: «Dialogo gracioso dividido em três actos que contem a entrada que o marquês de Terracuça (aliás Terracosa) general de Castela fez na campanha da cidade de Elvas, tratando de a conquistar e o forte chamado Santa Luzia junto à dita cidade e retirada que fez de Badajoz com perda de muita gente e sua reputação».

Esta comédia que melhor se catalogaria de relação dialogada dos fastos heróicos dos portugueses no sítio de Elvas tem a curiosidade, à maneira de certos autos vicentinos, de os personagens debitemos os seus arrazoados na língua nativa.

Como quer que seja é mais um documento para a história da Restauração do que para a história do teatro.

Dezanove anos depois publicava, provavelmente em Lisboa, uma outra do mesmo quilate da primeira: «A mayor gloria de Portugal e afronta mayor de Castela».

Tem este subtítulo elucidativo: «comedia politica e que contem a verdade de tudo o que succedeu na campanha do Alentejo no ano de 1663 e a gloriosa restauração da cidade de Elvas».

Ambas existiam na opulenta livraria de Fernandes Tomaz, infelizmente dispersa. Da primeira há também, pelo menos, um exemplar na biblioteca da Academia das Ciências.

Entre estas duas, surge em 1649 outra «comedia famosa» do gaiense Manuel de Almeida Pinto rotulada de «La feliz restauracion de Portugal y muerte del secretario Miguel de Vasconcelos».

O seiscentista Cristovam Ferreira deixou manuscrita e reputada perdida uma outra também em verso e em estilo espanhol: «Aclamacion del rei D. João IV».

Pela mesma época publicava também Pereira Bracamonte o seu «Banquete que hizo Apollo a los embajadores del Rey de Portugal Don Juan IV».

Não sei de qualquer outra peça sobre o assunto senão mais dum século volvido.

É a tragédia francesa do «Baron des «Marguerittes» (pseudónimo que não consegui desvelar) editada em Amsterdão em 1775 e intitulada «La révolution de Portugal».

Precede-a um prólogo-dedicatória a D. José largamente encomiástico.

São cinco actos em alexandrinos quasi sempre correctos, mas, a relanços, monotonos.

É, no entanto, a primeira peça regular sobre o tema restauracionista, muito à maneira arcádica e inçada de deslizes históricos e atropelos de patronímicos.

Além dos duques de Bragança, do inevitável Miguel de Vasconcelos e do seu confidente Palleya, há uma «Junie», pretensa filha do traidor e em redor da qual se tece a teia amorosa não raro entrelaçada com a conspiratória, Pinto Ribeiro, fulcro da revolução, além dos conjurados Norogna, Salsaigne, Sousa, Melo e Menezes.

Aparecem ainda Dalmeida, pelo povo, Mendoze pela nobreza e Dalmada, filho de Dona Dalmada «veuve d'un grand seigneur».

A maior singularidade, porém, da tragédia é Miguel de Vasconcelos morrer às mãos de Dona Dalmada à conta da sangüinária perseguição feita a seu marido, o tal grande senhor. Por seu lado Dalmada que a mãe chegou a acoimar de traidor por causa dos seus amores com Junie, morre gloriosamente:

«Percé de mille coups, mais tout convert de gloire
Ce heros expirant assure la victoire».

E a peça termina com uma longa fala do rei ordenando a Melo que parta imediatamente para Londres:

«...Mello voguant vers la Tamise
De Charles recevra la foi qu'il m'a promise»

Salsaigne, êsse vóa «aux rempars de Paris»:

«Qu'un traité solemnel m'engage avec Louis».

Por fim o Menezes vai tomar conta dos fortes e o Sousa aprezar as naus castelhanas, enquanto o rei conclue assim canhestramente:

«Le Portugal est libre: il a brisé ses fers
«Alons-en rendre grace au Roi des Univers».

Em fins do século XVIII escreveu Lemercier a sua célebre comédia histórica «Pinto ou la journée d'une conspiration» representada com grande êxito na Comédie pelos melhores actores do tempo. Talma fazia o protagonista, Monvel o Duque de Bragança, as duas Mars,

uma a vice-rainha e outra a fantástica Flora Catarina, filha dos Duques, e os dois Baptiste, um o almirante espanhol Lopez Ozorio e o outro o judeu Lemos. A peça além destes mete muito mais gente: Dolmar, dama da rainha e aliciada por Pinto que a distraia tocando cravo; o fatal Miguel de Vasconcelos; o arcebispo Bragues, muito faccionário dos espanhóis; os

P I N T O,
 O U
LA JOURNÉE D'UNE CONSPIRATION,
 COMÉDIE HISTORIQUE
 EN CINQ ACTES ET EN PROSE;
 Par le C.^{en} LEMERCIER.

Représentée, pour la première fois, à Paris, au Théâtre Français de la République, le premier Germinal an VIII.

« On se fait ordinairement dans le monde une idée
 » superstitieuse des grandes révolutions des Empires;
 » mais lorsqu'on est dans les coulisses, l'on voit pour la
 » plupart du temps que les scènes les plus magiques sont
 » mues par des ressorts communs et par de vils faquins
 » qui, s'ils se montraient dans leur état naturel, ne
 » attireraient que l'indignation du public. »


(Lettre XLV du Roi de Prusse à Voltaire,
 Corresp., tom. II.)

A PARIS,
 Chez { HUET, Libraire, rue Vivienne, N.º 8.
 { CHARON, Libraire, passage Feydeau.

AN VIII.

LA
RÉVOLUTION
 DE
PORTUGAL,
 TRAGÉDIE.
 DÉDIÉE
 A SA MAJESTÉ
LE ROI DE PORTUGAL.

Il est des Noms heureux consacrés par l'amour.
Acte 3eme. Scene 4eme.



A AMSTERDAM.
 M. DCC. LXXV.

DUAS RARAS PEÇAS FRANCESAS SOBRE A RESTAURAÇÃO

três conjurados Melo, Mendoce e Almada, um frade de opereta chamado Santonello, um pagem mudo Pietro, um capitão fanfarrão, Fabricio, um gentilhomen português, Alvar e muitos outros.

Mercier, na esteira do que Beaumarchais fizera com «Le Barbier de Seville» quiz reagir contra o pautado severo e hirto da escola clássica e realizou uma comédia histórica.

paradigma duma nova corrente que o romantismo subverteu em hemorragias de sensibilidade deliquêsciente.

Quando em 1828 saíram pela primeira vez enfeixadas sob o título «Comédies historiques» as suas peças precedidas dum elucidativo prefácio, o canon teatral era já outro — o prólogo do «Cromwell», a carta constitucional do romantismo outorgada por Victor Hugo.

A novidade do processo teatral de Lemercier está neste trecho da nota explicativa com que encerra Pinto: «J'ai voulu présenter au public le spectacle des mouvements intérieurs d'une conspiration; non l'appareil extérieur d'un fait heroïque qui eut ébloui le vulgaire».

Os seus personagens não são já herois que debitam, enfaticamente, em versos rotundos as suas tiradas, são homens que em prosa nos desvelam a grandesa ou a miséria da sua vida interior.

Como quer que seja registre-se que a primeira peça escrita nesse sentido teve por motivo um assunto português: a restauração.

Em 1808 o diplomata José Anselmo Correia Henriques publicou em Londres uma tragédia em verso intitulada «A revolução de Portugal».

Só 27 anos depois o coreografo Vestris compunha para a recita de gala de 24 de Julho de 1835 no «S. Carlos» o baile histórico «Portugal restaurado».

Em começos de 1840 informa a «Revista Universal Lisbonense» que fora presente ao Conselho Dramático a peça «Os conspiradores ou o patriotismo português» peça que, no entanto, não foi admitida a provas públicas.

Ignoro quem fôsse o autor, nem tenho quaiquer outros dados.

Dois anos depois o estudante João José Ferreira Simões Mole publicava em Coimbra «D. João IV ou a Independência de Portugal».

No mesmo ano foi submetida à censura o drama anónimo em 5 actos «D. Miguel de Vasconcelos».

Em 1843 surgem pelo menos mais duas peças, uma é «O Duque de Bragança ou a Restauração da Liberdade Portuguesa». Informa o «Periodico dos Pobres no Porto» de 19 de Outubro que foi representada nesta cidade pela «Sociedade Dramatica Espanhola» para comemorar o aniversário de D. Fernando.

A outra segundo a «Coalizão» subiu à cena no «S. João» do Pôrto em 30 de Outubro e intitulava-se: «O Duque de Bragança, restaurador da liberdade de Portugal em 1640».

Licínio Fausto Cardoso de Carvalho, um erudito cultor da história do teatro contribuiu em 1850 com «Os dois proscritos ou o jugo de Castela».

A peça teve muitas edições e centenas de representações e até há pouco, notavelmente adulterada, se exhibia em palcos brasileiros no primeiro de Dezembro.

António Pereira Ferrea Aragão foi no seu tempo uma pitoresca figura pelas suas ideias e pelas suas andainas extravagantes. Tinha a paixão do teatro, mas era a negação do dramaturgo.

Como tal perpetrou variados delitos teatrais.

Não foi dos menores a peça pretensamente restauracionista «Afonso e Virginia» publicada em 1854, mas escrita nove anos antes.

Já em 1844 havia escrito sobre o mesmo tema «As duas orfãs».

Só a febre amarela que o levou treze anos depois poz termo à diarreia dramaturgica.

Em 1857 subiu à cena no Brasil o drama «Alvaro de Abranches» do português Leite Machado.

Segundo a «Galeria Familiar» em 29 de Outubro de 1861 representou-se na «Rua dos Condes» a peça «1640 ou a Restauração de Portugal». É de Almeida Araujo e Costa Braga.

Alfredo Hogan que escreveu muito para o teatro não podia, por isso, deixar de comemorar o facto histórico. É de 1862 «O dia primeiro de dezembro».

No mesmo ano no «S. Pedro» do Rio de Janeiro, em 17 de Setembro exhibia-se «O louco de Evora ou Portugal restaurado» de João Ferreira da Cruz.

O «Jornal de Setubal» de 27 de Junho de 1869 anunciava:

«Está em ensaios no teatro de Bocage desta cidade para subir à cena brevemente o quadro histórico da restauração de 1640 original do sr. Carlos Maria Tavares Coutinho, intitulado Deus, Patria e Liberdade».

«O dia primeiro de Dezembro» de Andrade e Almeida, foi no dizer do «Contemporaneo» a peça que em 1 de Dezembro de 1877 se representou no «Ginasio».

É do ano seguinte o conhecido drama de Castro Soromenho «Portugal Restaurado», muito representado em teatros públicos e particulares.

Em 1886 o «D. Maria» poz em cena o suporifero drama «Os portugueses em 1640» de Miguel Osorio Cabral.

Ainda no primeiro quartel do século, pelo menos três peças, duas provavelmente do mesmo autor, «Traição dum rei» (1906) e «Restauração de Portugal» (1916) e «Carta del rei» (1914) de D. Eugenia Brandão de Melo.

Tal qual como sucede, com o tema inesiano, glosado aliás por mais duma cincoenta de escritores, ainda não temos o grande drama da Restauração que resistiu ao derrotismo romântico do chamado drama histórico. Como quer que seja há que registar com o indisputável louvor que merece, «Um Brangança» de Vasco de Mendonça Alves que marca uma nova directriz, não só pela maneira de tratar subjectivamente o assunto, como ainda pelo seu sentido eminentemente constructivo. É de crer que Vila Viçosa que vejo anunciado siga na mesma esteira.

Merecem menção à parte duas peças estrangeiras ambos tecidas duma inverosímil fantasia.

É uma Guitarrero de Scribe, o famoso libretista da mexerufada da «Africana» e do «D. Sebastião».

O Guitarrero é nada mais nada menos do que o Duque de Bragança que anda disfarçado por Santarem a zangarrear amorios nas vésperas da revolução.

Hyp, Hostein e Taigny não lhe ficam atrás em desmarcada inventiva em «L'hotellerie de Lisbonne» que subiu no «Théâtre de la Porte-Saint-Antoine», em 6 de Novembro de 1836.

Conta-se em poucas palavras o entrecho.

D. Juan de Bragance, disfarçado em Diego apaixonou-se por Paquita, filha do estalajadeiro Nuguez.

É bem de ver que nasce mais um bastardo dos Braganças...

Mais tarde Paquita vem a saber quem é o seductor: o «Prince de Bragance» filho da «reine Marie» e que vai casar com a «Princesse Henriette», filha do Conde de Marialva!

Nada mais; nada menos!

Quando o cortejo nupcial passava em frente da hospedaria Paquita, alucinada desfechou um tiro. Logo os quadrilheiros invadem a casa. Ferdinand Vascoa, fidalgo português que pelo nome não perca e antigo namorado da estalajadeira acusa-se para a salvar.

Mais tarde D. João IV perdôa o crime porque o pai de Vascoa era um dos quarenta conjurados!

Tenho nota ainda das seguintes peças restauracionistas: «Lágrimas e sorrisos ou um episódio de 1640» de Salvador Jeronimo da Silva; «O dia primeiro de Dezembro» comédia heróica em 3 actos; «Miguel de Vasconcelos ou a aclamação de D. João IV» de Luiz José Baldy; «Opressão e Liberdade» de Eduardo José Coelho; «1640 ou a restauração de Portugal» drama anónimo em 4 actos oferecido a D. Pedro V; «Liberdade» em 5 actos, manuscrito de João de Deus Paulo Ferreira da Costa; «A independência» de A. Correia (1877); «Braz Garcia de Mascarenhas» do Visconde de Sanches Frias, etc., etc..

A cerrar esta longa, enfadonha légua da Póvoa de notas sobre peças restauracionistas, atrabiliariamente arquivadas, há que por-lhes como atenuante um fecho de oiro. São as palavras de Garrett sobre a sua comédia histórica Felipa de Vilhena representada pela primeira vez no Conservatório a 30 de Maio de 1840, há precisamente um século: «O mais famoso e popular episódio da revolução de 1640 que elevou ao trono a Sereníssima Casa de Bragança deu argumento a esta comédia que muitos caracterizaram de drama no sentido estricto e singular que actualmente a êste nome se dá, mas que é uma verdadeira comédia histórica tanto ou mais do que o celebre Pinto de M. Lemercier».

JORGE DE FARIA

A AVENTURA MARITIMA DE PORTUGAL NO FOLCLORE DO BRASIL

A grande e heróica aventura marítima dos portugueses, levando sua língua e sua civilização aos povos desconhecidos e os mais remotos, espalhou pelo mundo a alma de Portugal. Vamos encontrando nas tradições e nos idiomas, nos costumes e nas instituições, aqui e ali, na China e na Índia, no Japão e na Oceania, no Brasil e na África, os ossos dispersos do Briareu lusitano. E, quando se ama Portugal como o solar de seus antepassados, o braço de sua família, o tronco de sua genealogia, o berço de sua raça e a raiz de sua força, êsses achados nos falam ao coração e nos enchem de uma alegria de bandeirante descobrindo no cascalho da bateia o ténue lampejar das pepitas de ouro.

Do mesmo modo que as velhas fortalezas plantadas nos estuários dos rios, na bôca dos estreitos, na entrada das barras e nos recôncavos das abras por todos os antigos caminhos das conquistas, das navegações e dos comércios, ou que as palavras lusas semeadas na geografia do mundo, do Lavrador ao Camarão, e nas línguas do Oriente, atestam a Grande Aventura Marítima, o folclore brasileiro, sobretudo no Nordeste, testemunha a existência ainda da longínqua lembrança dos altos feitos de nossos maiores. A tradição do povo brasileiro, a legítima, a dos seus relatos e contos, que sobe do fundo de sua alma, ainda não esqueceu o velho e glorioso Portugal.

Lendas oriundas dos colonizadores, verdadeiras lendas de penetração, falam da terra que se oferecia bela, mas hostil, ao passo dos conquistadores portugueses; dos perigos das florestas virgens com seu aranhol de enredanças, da agrura das imensas serranias balisando os horizontes azues, do deserto dos araxás, tão grande, tão grande, que foi o Grande Deserto, o Desertão, o Sertão. Os portugueses venceram a floresta, o deserto, o clima, as fêras, os aborígenes, creando as lendas e canções consubstanciadoras dos perigos atravessados e propagaram as que, da parte do indígena, vieram ao seu encontro. Casaram-nas às vezes e educaram à portuguesa os filhos dessa mestiçagem. Povoaram as matas de Polifemos-Gorjálás, avatares de Mappinguaris e Zariguês dos índios, e as beiradas dos rios de Batatões, nascidos dos Mboi-tatás, cobras de fogo. Cantaram as lutas contra os selvagens e as onças. Cantaram o amor que mestiçou vencidos e vencedores: Paraguassus e Diogos Alvares, Iracemas e Martins. Cantaram as desgraças a que escaparam e os triunfos que obtiveram.

Desde que nuclearam as primeiras gentes em derredor dos primeiros pelourinhos municipais, deram-lhes a beber o leite das mais antigas tradições peninsulares. Por isso,

chegou quasi até nossos dias o auto popular do Rei dos Mouros, com algo de gilvicentino, recordando a luta secular entre cristãos e infiéis através dos Algarves, aquém e além mar em África.

Fazia-se até certo tempo essa representação nas vilas do litoral. Os mouros, encerrados num castelo de madeira; os cristãos desembarcando numa praia. Em dois tronos afastados, assistindo de longe ao combate, o Rei dos Mouros e o dos Cristãos. Depois que este convidava o primeiro a batizar-se e elle recusava, os arautos trombeteavam a declaração de guerra. Travava-se a batalha, os mouros eram vencidos, hasteava-se o pendão da Ordem de Cristo nas ameias inimigas e aprisionava-se o Rei Mouro, que era batizado com água do mar.

Que rememorava isso, no Brasil, senão a tomada de Arzila, de Tetuão, de Mazagão, de Tanger ou de Ceuta, o secular duelo pelo Além Mar em África, o meter a lança em África, que terminou na catástrofe de Alcácer-Quebir?

Até o presente vem testemunha mais resistente dêsse duelo: o Auto dos Fandangos, representado no Natal. A cena passa-se a bordo dum navio. Os personagens são de novo mouros e cristãos. Embarcam o Tenente General, o Capitão da Nau, o Imediato, o Pilôto, o Capitão da Artelharia ou Condestável, o Cirurgião, o Capelão, o Contra-mestre, o Sargento de Mar e Guerra, o Cabo, o Calafate, o Gageiro e a maruja. Cantam:

*Despeçam-se, ó marujos,
Que nós vamos embarcar,
Vamos todos p'ra Mourama,
Bem alegres pelejar!*

O Tenente General apresenta-se, recordando os velhos fidalgos mandados por El-Rei mares afóra, a navegar e a combater:

*Dentro desta nau eu sou
Um Tenente General!
E também sou um fidalgo
Da nobre Casa Real!*

Surge a bordo o Embaixador dos Mouros. Chama-se Ferrabraz da Mauritânia e representa o Sultão, «Rei-Senhor de meio-mundo, de meio-sol e de meia-lua». Quando dá a embaixada, distraindo os cristãos, de surpresa a mourisma invade o barco. Trava-se violento corpo-a-corpo. E os mouros cantam:

*Fogo e mais fogo!
Fogo de arrazar!
Morrão os saloios
Que nos querem afundar!*

Os inimigos são, afinal, vencidos. O embaixador rende-se. Intimado a batizar-se ou morrer, resiste bastante, mas acaba cedendo e recebe o nome cristão de Dom Malaca dos Santos. O prenome lembra tôda a glória da grande façanha de Afonso de Albuquerque, tomando a cidade-chave dos caminhos do Extremo Oriente, cadeado do antigo Chersoneso Aureo de Ptolomeu, glória cantada por Sá de Miranda e corrente no seio dos povos de Portugal e Ultramar. O apelido é invocação a tôda a Côrte Celeste para proteger o neófito e conseguir que sôbre êle desça a Graça de Deus.

Quando o Sultão ou Rei da Mauritânia, pai do Embaixador Ferrabraz, chega também a bordo, trazendo quinhentos marcos de ouro para resgate do filho e o encontra batizado, vitupera-o e, no auge da indignação e do desespero, apunhala-se. O Tenente General ordena:

*Lançai ao mar, meus marujos,
Êste infel sem ventura.
A quem morre por seu gôsto
Não se deve sepultura.*

O côro responde:

*O mouro morreu,
Botemos no mar!
O dinheiro dêle
É para se gastar!*

O navio, livre de inimigos, prossegue a sua derrota. Espalhada pelo convés, fingindo ocupar-se na variada faina de bordo, a maruja canta de fio a pavio, com pequenas deturpações, a velha xácara portuguesa da *Nau Catrineta*:

*Assobe, arriba, gageiro.
Nesse teu tope real,
Vê se avistas terras de Espanha,
Areias de Portugal!*

Cai a tempestade. Ao amainar, o Capitão da Nau manobra e o côro exulta:

*Corre, corre, embarcação,
Por essas ondas sem mal,
Velejando a barlavento,
Até chegar a Portugal!*

E todos, desde o Tenente General ao último dos marinheiros, derramaram nas suas vozes as saúdades de Lisboa :

*Ó Lisboa! Ó Lisboa!
Lisboa de Pecado,
Se eu não fôsse a Lisboa,
Nunca seria soldado!*

*Quando meu mestre me manda
Correr a nau pela proa,
Vêm-me sempre à lembrança
As meninas de Lisboa.*

*Fragatinha holandesa,
Que andas no mar de Lisboa,
Com vento su-sudoeste,
Já te passei pela proa.*

*Ó Lisboa! Ó Lisboa!
As costas p'ra ti vou dando.
Não sei o que fica atrás,
Os meus olhos devorando.....*

*Ó Lisboa! Ó Lisboa!
As costas p'ra ti vou dando,
Que o traquete está na amura
E a amura se amurando.*

*Adeus, Terreiro do Paço!
Adeus, Memória Real!
Não volto a êsse lugar!
Viva o nosso General!*

Esta última quadra mostra que os versos, compostos por portugueses, o fôram após a Restauração de 1640, em qualquer época do século XVIII ou no início do XIX. Aí estão o Terreiro do Paço, posterior ao terremoto, e a Memória Real, isto é, a estátua equestre de D. José I, fundida dum jacto por Bartolomeu da Costa.

Sempre que tenho pessoalmente assistido no Ceará à representação dêsse velho auto popular dos Fandangos, guardado oralmente pela gente miúda, representação efectuada entre o Natal e Reis, meu coração se entenece diante da persistência dessa Saúdade Portuguesa, dessa velha tradição de Portugal, dentro da alma do Brasil, no sub-consciente de

seu povo, actualmente tão afastado no tempo e no espaço da Gloriosa Aventura Marítima e da heróica luta contra os infiéis. A memória dos povos, em verdade, é, ás vezes, monumento mais duradouro do que os de bronze e de granito.

Logo que, são e salvos, os tripulantes desembarcam daquela nau experimentada pela guerra e pela tormenta, o nome do Brasil une-se pela primeira e única vez ao de Portugal, que dominou o auto de princípio ao fim; une-se na cantiga dos guardas-marinhas:

*Trago fazendas bem finas
Para as moças do Brasil,
Também trago ramalhetes
De flôres da côr do anil.
Dou-te vinte mil cruzados
Pela fazenda real.
Trago fazendas bem finas
P'r'as moças de Portugal.*

Muito profundas essas tradições de lutadores e navegadores, que, transplantadas a outro meio, sob o influxo de mestiçagens as mais variadas nas alturas e nos corpos, não morreram e, pelo contrário, absorveram muitas vezes as naturais do país e sempre as trazidas de outras paragens.

Em outro auto popular de Natal, as Pastorinhas, o mais gilvicentino de todos, diante de lapinhas idênticas áquela que Júlio Diniz descreve em Portugal, muitos são os costumes das aldeias portuguesas que se rememoram até que aparecem, cantando e dansando, as personagens denominadas *as duas galegas de Oraré*:

*Vejam as duas galegas de Oraré,
De longe vieram a pé, assim é,
Fazendo sua jornada sem ter nada.
Quem se mata é porque quer!*

*Vejam nosso cordeirinho, bonitinho.
Tão mansinho que éle é, assim é.
De longe me acompanha, não tem manha,
De mimoso que éle é.*

*Vamos dansar um bocado de trocado,
Como se dansa na aldeia e sapateia,
Tem no corpinho elegância com pujância,
Forma-se linda cadeia!*

lante cuidado pelo bem-estar e progresso materiais das populações indígenas e o aproveitamento das riquezas dos territórios ultramarinos.

Neste capítulo o esforço português no século XX pode bem ser patenteado como demonstração da nossa integral acção colonizadora.

Não será talvez inoportuno lembrar — e tanto a estrangeiros como a alguns nacionais — de entre numerosíssimas realizações, algumas que melhor evidenciam o nosso esforço na ordem material em terras de além-mar.

Assim a rêde de estradas que em todos os sentidos sulcam as nossas colónias e é das melhores de tôda a África; os longos caminhos de ferro, como o de Malange, o de Benguela, do Amboim, o de Mossamedes, os de Lourenço Marques, o do Limpopo, o de Inhambane, o de Quelimane, o de Moçambique, os da Beira e o de Mormugão, que totalizam muitas e muitas centenas de quilómetros; os portos como os do Lobito, o de Lourenço Marques, o da Beira e o de Mormugão, devidamente apetrechados com a mais moderna aparelhagem, que os torna reconhecidamente eficientes para o tráfego nacional como para o internacional; a farolagem que ilumina as antigas costas negras e que na Guiné, em Angola e em Moçambique assume luxuosa superioridade; as carreiras aéreas portuguesas em Moçambique e em Timor, e em breve em Angola também, e os correspondentes aeroportos, alguns dos quais freqüentados por carreiras estrangeiras de serviço internacional; a modernização de algumas velhas e evocativas cidades, como Luanda, e a criação de cidades magníficas, como Lobito, Nova Lisboa, Lourenço Marques, Nampula, Bissau...

E não posso esquecer uma breve referência á obra de assistência hospitalar, que em algumas colónias, como S. Tomé, é de perfeição dificilmente excedível. Noutras — Moçambique, por exemplo — a nossa ânsia de superação vai ao ponto de melhorar instalações como a do hospital de Lourenço Marques.

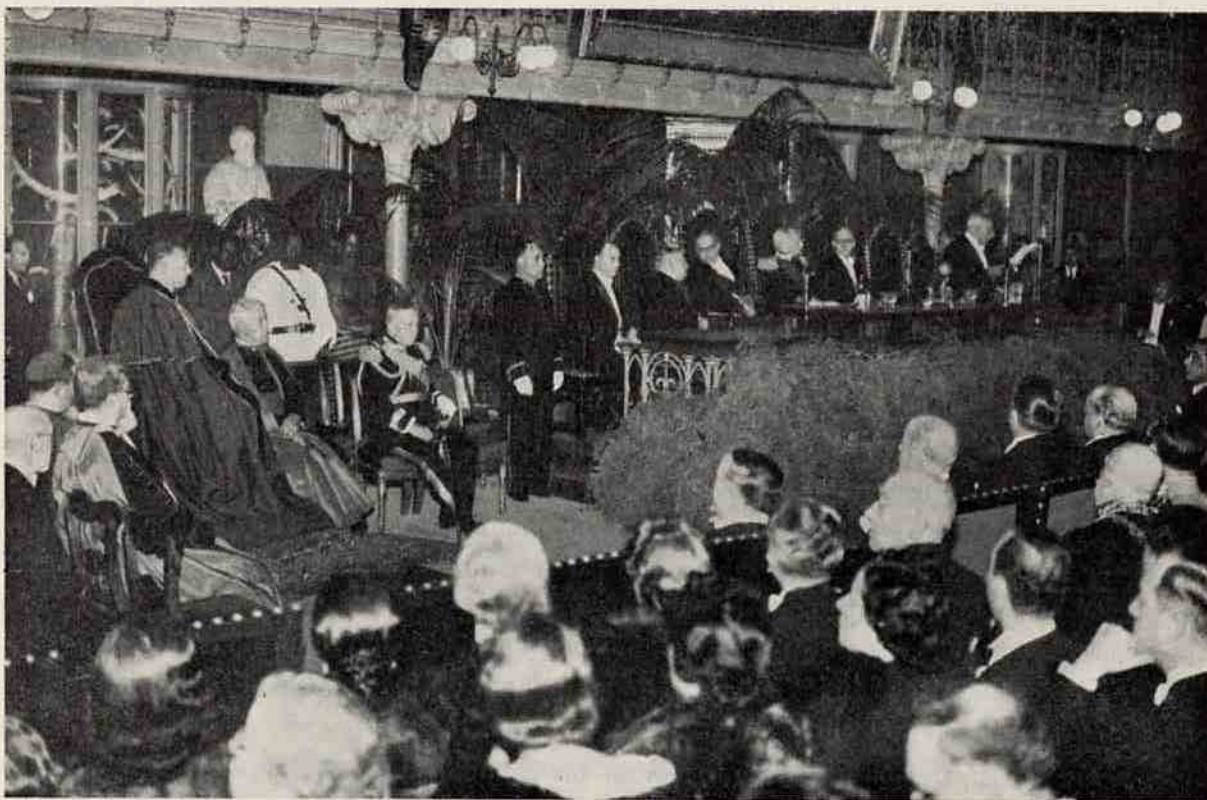
E, além destas, tantas e tantas outras realizações, que constituem no seu conjunto essa grandiosa obra material que, sem marulhosos alardes, antes com silenciosa tenacidade, Portugal tem levado a cabo no cumprimento da sua missão civilizadora e no dinamismo das suas inesgotáveis capacidades.

E nem a guerra a que assistimos, num alheamento que de modo algum significa desinteresse, entibiou o impulso que nos anima na prossecução desta obra.

Com efeito constrói-se neste momento o caminho de ferro de Tete, cujo primeiro trôço ainda êste ano poderá ser inaugurado; está aberto concurso público para a construção do pôrto de Luanda; o caminho de ferro de Amboim chega a Cabela; constrói-se o ramal do Dondo; aguardamos a entrega da aparelhagem de T. S. F. que ligará tôdas as importantes povoações de Angola; estamos a alargar a bitola do caminho de ferro de Mossamedes, para onde ainda há dois dias partiu uma missão destinada a resolver certas dificuldades técnicas; está prestes a concluir o edificio do Liceu de Luanda e dentro em pouco se começará o do Liceu de Lourenço Marques que ficará sendo o melhor de todo o

País; trabalha-se no aeroporto de Bolama onde em breve poderão fazer escala os «Clippers» da carreira dos Estados Unidos da América do Norte; constroem-se pontes como a do Incomati, há dias entregue ao trânsito, e a do Lurio, as maiores da nossa Africa, depois da do Zambeze...

Isto para só falar de algumas das muitas obras em curso.



*ASPECTO DA SESSÃO INAUGURAL DO CONGRESSO COLONIAL,
REALISADA NA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA, SOB A PRESIDÊNCIA
DO CHEFE DO ESTADO*

Mas importa dizer que também se não desiste de levar a cabo projectos já estudados mas ainda não iniciados.

Aludirei apenas aos que se referem ao pôrto de Nacala, que ficará sendo a testa do caminho de ferro de Moçambique; á irrigação do Vale do Limpopo, a mais apaixonante obra de fomento que, em nossos dias, é possível levar a efeito nas colónias; á edificação dos hospitais de Nova Lisboa, Saurimo, Sá da Bandeira, Morrumbene, Macia e o de indígenas em Luanda; á Escola agro-pecuária de Sá da Bandeira, a que cada dia ligo mais

arreigadas esperanças como factor de fixação e adaptação á terra angolana da juventude branca aí nascida.

Mas eu não poderia converter o modesto discurso de inauguração do Congresso Colonial no fatigante inventário de quanto Portugal tem feito, continua a fazer e projecta realizar em terras do Ultramar.

Contudo, eu não ficaria satisfeito se não fizesse referência ao colono português e ás populações nativas no tocante ao formidável esforço despendido para aumento da produção e melhoria da qualidade, no que têm sido estimulados, amparados e disciplinados em vários ramos, pela organização corporativa e pelos serviços administrativos e técnicos do Estado.

Cumprê, porém, evidenciar, magoadamente, que as dificuldades se acumulam, levantadas, há que dizê-lo por ser inteiramente verdade, por estorvos alheios, que não por carencia nossa.

Dificuldades que, não há que dissimular, podem ser das mais temerosas consequências e comprometer o nosso dedicado esforço de muitos anos. Com efeito, o bloqueio que a Inglaterra está fazendo a grande parte da Europa cria-nos, em Africa, situações que carecem ser removidas, rapidamente, com espírito de amizade e compreensão.

Por maiores, todavia, que sejam essas dificuldades, maior é a audaciosa e esforçada vontade com que as enfrentamos e, espero em Deus, as havemos de superar, porque a nossa energia se não rebate e a nossa coragem se não quebra.

Fechados os mercados habituais, há que encontrar novos centros consumidores.

É erro grave, que desejo prevenir, descansar em que o estado sózinho, realize aquilo que carece do empenho conjugado de todos

Consciente dos seus deveres e das suas possibilidades, o Estado não se desinteressa das dificuldades que á economia colonial trouxe a guerra e procurará não deixar ao desamparo aqueles que delas sofrem.

A Inglaterra, testemunha e tantas vezes cooperadora do nosso ingente trabalho civilizador, não quererá que elle seja comprometido, não por falência dos nossos métodos ou por culpa ou incompetência nossas e sem qualquer apreciável benefício para a causa por que luta; ao contrário, é de esperar faça quanto puder para, por sua parte, nos evitar inúteis ruínas ou injustiças clamorosas.

E como não devia ser assim, se o nosso conceito de territórios ultramarinos os define como partes integrantes, continuação transcontinental e transoceânica da Pátria una?

A noção de colónia é mesmo antes um enxerto de importação estrangeira do que uma genuína manifestação dos nossos costumes. Lididamente português é o conceito de província ultramarina.

E é de lamentar — porque de estranhar não é — que, em 1911, ao desdobrar o Ministério da Marinha e o Ultramar, criando a infeliz designação de Ministério das Colónias, fôsse mais presente ao espírito do legislador a influência alheia do que o espírito nacional.

É que não existe diferença entre Portugal europeu e as províncias ultramarinas, antes mais uma vez sucede na ordem das realizações materiais que nestas se efectivou já o que naquele ainda não passa de aspiração.

Mas nem o empirismo da prática, por vezes tenaz, nem uma doutrina colonial, por mais inteligente, bastariam para explicar o que há de característico na nossa evocação colonizadora.

Colonizar é, para nós, portugueses, um verdadeiro e contínuo acto de amor.

Segundo o conceito que realizamos e profundamente vivemos, um país colonizador dá o sangue dos seus filhos, insufla a sua própria vida, amplia a alma da Nação — e faz o Brasil.

É dando-se amorosamente, com amor entusiástico, capaz de ciume, porque feito de dedicações abnegadas, é sem comparticipações que lhe retraiam o esforço que é possível realizar obra perdurável na integração dos povos indígenas na nossa civilização e cultura.

A obra de colonização tem, assim, de ser sempre uma obra nacional e é utópico supor que ela pode ser levada a efeito por comissões internacionais, por mais poderosos que sejam os meios materiais postos á sua disposição.

Uma obra de formação espiritual não se confia a uma sociedade por quotas.

Quero crer que nestes princípios se inspirarão os trabalhos dêste Congresso, a cuja organização, aliás, o Ministério das Colónias foi alheio.

Em nome do Governo exprimo aos senhores congressistas a melhor confiança no seu esforço e asseguro tôda a atenção ás sugestões em que acordarem, que serão atentamente examinadas pelos serviços competentes do Ministério, que tenho a honra de chefiar.

E lembrando mais uma vez que Vossas Ex.^{as} vão iniciar os seus trabalhos num momento em que no Mundo se agitam ventos que, seja qual fôr o fim a que Deus os ordene, são, por emquanto, de assolação e morte, bendigamos todos a ventura de poder trabalhar com plena certeza de eficácia, porque nos não falta a confiança no olhar vigilante do Chefe e a Fé na protecção da Providência divina.

E nem será pecar por torpe egoísmo, fechando o coração á piedade pelos que estão sofrendo, sentir neste momento e neste ambiente mais consciente e mais viva a felicidade de sermos portugueses.

E, terminando, quero alardear uma confiança mais alta, animada da comoção duma grande Fé.

Uma grande Fé nos destinos eternos de Portugal, na sua capacidade de, através da trágica tormenta, respeitado numa dignidade que nunca teve mais alta expressão, continuar a sua obra civilizadora, na glória da Pátria imortal.



EXPOSIÇÃO DO MUNDO DO PORTUGUÊS



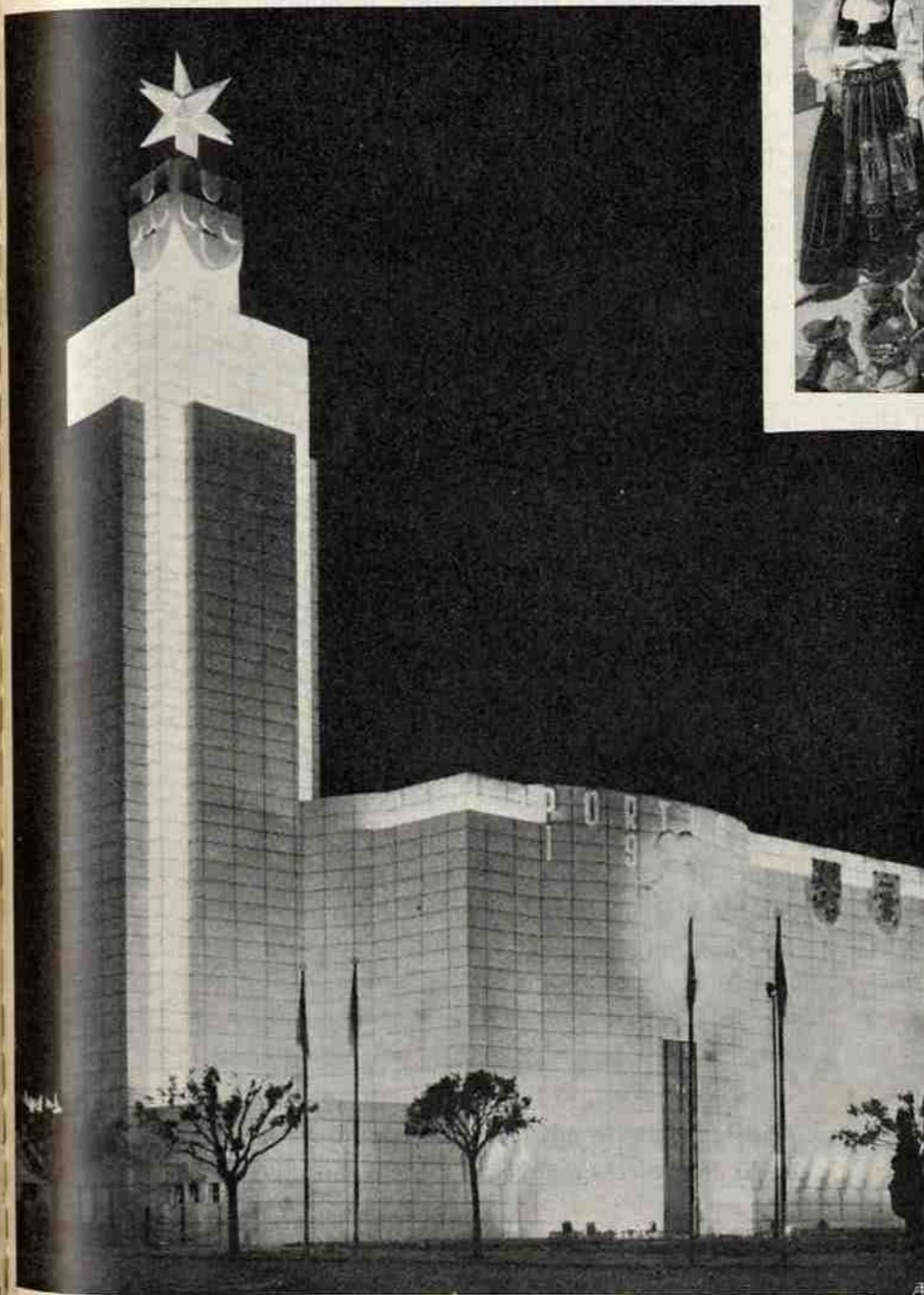
*CENTRO REGIONAL
UM ASPECTO DA
FEIRA*



*CENTRO REGIONAL
FAROL DO PAVILHÃO DA TERRA
E DO MAR*



*CENTRO REGIONAL
OUTRO ASPECTO DA
FEIRA*



TORRE DO PAVILHÃO DOS PORTUGUESES NO MUNDO E PORTUGAL 1940

PALAVRAS DE MONS. DR. PEREIRA DOS REIS NA CERIMÓNIA DA EVOCAÇÃO DA FIGURA DO PADRE ANTÓNIO VIEIRA, REALIZADA NA IGREJA DE S. ROQUE DE LISBOA, EM 17 DE NOVEMBRO

Quando, nesta mesma Igreja da Casa Professa de S. Roque, subiu ao púlpito, pela primeira vez, já o Padre António Vieira — prêgador e joalheiro — deixara cair, às mãos cheias, por terras de Santa Cruz, a semente da Doutrina — trigo do pão que alimenta, cada grão a faiscar luz, qual diamante facetado a esmeros de lapidário sem igual.

Nado em 1608 à sombra das tórras maciças da nossa velha Catedral Metropolitana de Santa Maria de Lisboa, fôra aos seis anos para a Baía.

Ali aprendeu as primeiras letras e cursou as Humanidades no Colégio dos Jesuítas: ali ouviu, aos quinze anos, os apelos divinos que o fariam Jesuíta e Missionário.

Alargava-se, intérmina, ante os olhos ávidos do moço escolar a loira messe das almas, madura para a colheita, a reclamar operários. Deus apontava-lhe o caminho: a Companhia de Jesus. Obedeceu.

Ensinava Humanidades em Olinda quando generosamente ofereceu aos Superiores a renúncia a ulteriores estudos de Filosofia e Teologia para consagrar-se, desde logo e para tôda a vida, às fadigas da missão entre os Índios.

Não lhe foi aceite a oferta: a juízo dos mestres, eram segura promessa de excepcional rendimento no futuro os singulares dotes do aluno que, aos dezoito anos, se mostrara o mais consumado latinista da Província e, na língua portuguesa, escritor de rara elegância.

Para os índios das aldeias foram, todavia, em língua indígena, as primícias da sua prêgação — amor dos humildes a estuar no coração do catequista.

Logo ao seu primeiro sermão na Baía, pela Quaresma de 1633, se abriram diante do jovem clérigo largos horizontes de triunfo que mais se rasgavam a cada repetida manifestação daquele génio concionatório em maturação precoce. Mas sempre a irresistível atracção para as almas simples e rudes dos silvícolas dominava no coração do apóstolo insatisfeito.

Sacerdote desde as Têmporas do Advento de 1634, aos vinte e seis anos, Vieira era já o prêgador consagrado que o Brasil restituiu à Metrópole, em 1641, para vir a chamar-se em breve o «Bôca de Ouro», o «Crisóstomo Português».

Tejo acima, porventura o olhar do moço Padre se prendeu, húmido de lágrimas, nas tórras da Sé a recortarem-se além no azul do céu, fortes e severas. Meiga, ao invés, lhe

acordaria na alma a saúde, a lembrar que à sombra delas tinham deslizado, mansos e alegres, os anos da infância...

Mas a velha Catedral afonsina era, sem dúvida, no pensamento de Vieira, o símbolo da Terra-Mãe: era Portugal todo que o recebia, agora em festa, na ufana altivez da sujeição ao seu Rei «natural», a quem entregara a defesa da liberdade reconquistada, ao cabo dos sessenta anos de sonambulismo lúcido na monarquia dualista.

E o coração do Padre António Vieira, tão largo que nêle cabiam, juntos no amor de Deus, e para o amor de Deus, todos os amores nobres e puros, logo se apaixonou pelo ideal da Pátria independente e logo amou, de tôdas as veras, o símbolo vivo de Portugal redimido e grande — o Rei.

A obra da consolidação da autonomia nacional deu Vieira o melhor da sua actividade. Desde o primeiro sermão, intimava como principalíssimo dever de estado para todo o português a confiança nos destinos da Pátria, a fidelidade no serviço da Pátria, o extremado esforço pelo engrandecimento da Pátria que só pela vontade unânime dos filhos podia ser, e havia de ser, próspera, livre, respeitada e feliz.

É lícito dizer que o Padre Vieira foi o nosso mais insigne mestre de moral cívica, incomparável doutrinador do patriotismo nacional, porque se mostrava, antes de tudo, o homem de Deus, cuidadoso em jamais versar algum assunto político sem pôr em relêvo a sua subordinação à verdade religiosa.

Nesta circunstância encontra cabal explicação a enérgica veemência com que o prêgador se permitia fustigar os desmandos do seu meio, desde o mais alto até ao ínfimo da escala social, o completo desassombro com que deixava em liberdade o seu dinamismo combativo, na rude franqueza das invectivas, na dureza dos golpes certos.

Nem por isso, contudo, os seus sermões deixaram alguma vez de ser a grande atracção do público de Lisboa, cujo favor conquistara ao primeiro encontro na Capela Real.

É que o espírito de Vieira — teólogo consumado a quem eram familiares as mais elevadas especulações do Dogma e os mínimos pormenores da exegese bíblica, pensador subtil e profundo, moralista penetrante e experimentado, dialético flexível, arguto e convincente, tinha o seu feitio estranhamente original: ouvir-lhe um sermão era caminhar de surpresa em surpresa, no inesperado da frescura e da espontaneidade.

E, ao serviço de tal conjunto de raros dotes, corria-lhe a expressão rica, simples, nobre, justa, concisa e forte.

Com razão escreve D. Francisco Alexandre Lobo que «se o uso da nossa língua se perdesse e, com ela, acabassem todos os nossos escritos que não são os «Lusíadas» e as obras de Vieira, o português... ainda viverá na sua índole nativa, na sua riquíssima cópia e louçania».

Além daqueles recursos acumulados em tão rica personalidade, não faltava D. João IV em reconhecer no Prêgador da Capela Real, feito em breve seu conselheiro íntimo, a

segura perspicácia com que desfiava os emaranhados problemas da governação interna e da política internacional, assim como a sagacidade reflectida, por vezes genial, das soluções que para elles propunha.

¿ Acreditaria o soberano, como pensou mais tarde Dom Francisco Alexandre Lobo, que Vieira nascera para estadista e diplomata, antes que para jesuíta e missionário?

Certo é que o Padre se ausentou repetidas vezes de Lisboa, por mandado do Rei e ao serviço da Nação, com encargos de missão secreta junto das Chancelarias mais influentes da conturbada Europa daquele tempo, para sondar intenções misteriosas, remover obstáculos, ao parecer, invencíveis, acautelar interesses vitais e negociar tratados vantajosos.

O favor e a amizade do monarca amparavam e estimulavam a infatigável operosidade do Padre Vieira.

E, quando em certo dia o Rei entreviu que de tão estreita privança poderiam as intrigas dos émulos tirar partido para suscitar mal-entendidos entre a Corôa e a prestimosa Companhia de Jesus, teve por acertada resolução desligar do Instituto, para mais livremente o poder utilizar, o seu conselheiro preferido: sondou-lhe então o ânimo com a perspectiva sedutora dum sólio episcopal.

Aqui se mostrou bem patente outra paixão das que ardiam no coração de António Vieira: respondeu que «não tinha Sua Magestade tantas mitras em tôda a sua monarquia pelas quais êle houvesse de trocar a pobre roupeta da Companhia de Jesus; e que, se chegasse a ser tão grande a sua desgraça que a Companhia o despedisse, da parte de fora das suas portas se não apartaria jamais, perseverando em pedir ser outra vez admitido nela, se não para religioso, ao menos para servo dos que o eram; que, se nem para servo o quisessem admitir, ali estaria, sem mais alimento do que o seu pranto, até acabar a vida junto daquelas amadas portas, dentro das quais lhe tinha ficado a alma tôda».



Breve se ofereceu ao Padre Vieira a oportunidade asada para mostrar por acções que não havia apenas sonoros efeitos de amplificação oratória nas suas palavras de tão completo desinterêsse próprio, quanto incendiado amor à Família religiosa de que era membro.

Manobras diplomáticas e políticas menos felizes, em que o sentir íntimo do Rei porventura fôra melindrado, cercaram de dificuldades a posição do Padre Vieira na Côrte, a ponto de fazer-se-lhe evidente que o monarca perdera a fé na infalibilidade do conselheiro, conquanto não pusesse em dúvida a comprovada lealdade do aio fervoroso.

Desde aquela hora, Vieira teve por terminada a sua carreira política: sem aproveitar-se da amizade que o soberano jamais deixou de consagrar-lhe e que muito gostosamente



VERA EFFIGIES CELBERRIMI
P. ANTONII VIEYRA,
e Societ. Jesu, Lusitanicorum Regum Concionatoris, et Concionatorum Principis;
quem dedit Lusitania mundo Olyssipo Lusitaniæ, Societati Brasilia Obijt Bahiæ
Prope nonagenarius Die 18 July Ann. 1697. Quiescit in regio Collegij Bahy-
ensis templo, ubi sepultus frequentissimo urbis concursu, æterno orbis desiderio ~
e. An. 1711. Van der Meer sculp. Rom. Sup. perm.

PADRE ANTÓNIO VIEIRA, S. J.

(Colecção do Ex.^{mo} Sr. Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima)

traduziria em honras e benesses, o Padre quis ficar jesuíta e regressar às canseiras do apostolado do Brasil.

Cuidou logo de preparar os suficientes recursos de pessoal e material à missão do Maranhão e do Grão-Pará, mais duma vez já empreendida e sempre malograda. Nem bastou para demovê-lo do intento a proposta de acompanhar à Inglaterra o Embaixador conde de Penaguião

Assim é que vamos encontrá-lo, por começos de 1653, na renovada tentativa da cristianização do Norte brasileiro.

Por largo período de dez anos Vieira esteve «como o mais apaixonado dos apóstolos» e o mais esclarecido dos colonizadores, ao serviço dos Índios, em contínua luta com certos colonos avezados a cunhar moeda com suor e o sangue dos naturais daquela região.

Para defendê-los, nos mais legítimos interesses morais e materiais, veio a Lisboa onde permaneceu alguns meses. Com as diligências em favor das liberdades do gentio entremeava a prêgação, sempre ouvida com sumo interesse, na qual atingiu agora o Padre Vieira o acume do vigor combativo e da causticidade.

«Na sua vida, escreve Lúcio de Azevedo, foram certamente êstes anos os mais fecundos e aqueles em que se nos mostra, como queria ser, verdadeiramente o religioso, co-rodado da auréola dos que não temem fadigas nem riscos no holocausto de si mesmos a um grande ideal».

.

. . .

Com a morte de D. João IV, ocorrida em 1656, perdeu Vieira o maior amigo, tão fiel e tão necessário ao seu coração que o missionário só encontra consôlo para a sua dôr no sonho de o ver tornado à vida. As confidências dolorosas ouviram-lhas, por cinco anos ainda, as florestas do Brasil...

De regresso ao Reino, o missionário engolfa-se numa atmosfera tempestuosa de luta: — sofre porque é demasiado português na sua utopia delirante dum Portugal sobrenaturalmente grande.

Roma acolhe, em 1699, as queixas e as reclamações do foragido; restitui-lhe a paz da consciência, sem lhe desvanecer na alma o sonho inquieto.

Novamente surge o orador sagrado que aprendeu a língua italiana para encher de maravilhoso assombro os auditórios mais ilustres: embaixadores, príncipes da nobreza romana, cardiais acorrem a escutá-lo. A rainha Cristina da Suécia nomeia-o prêgador da sua côrte erudita e o Papa, diante de quem se fez ouvir, oferece-lhe igual mercê.

Vieira, doente de saúdades de Portugal, regressa, em 1675, a Lisboa, onde a sua voz não mais ressoa no púlpito.

Em janeiro de 1681 fazia-se de vela a nau que a bordo levava à sua segunda Pátria o prêgador desiludido dos aplausos e das finezas dos grandes da terra, o missionário que retornava ao serviço de Deus nas almas dos humildes e pequeninos.

No meio dos seus Índios — a governar, a ensinar, a escrever, a rezar... e a sonhar — foram-se desgastando as fôrças do octogenário vivaz.

Extinguiu-se lentamente, aos 89 anos.

Tinha experimentado, pela vida além, tôdas as amarguras dos que vêem ruir as suas esperanças mais acariciadas: só uma ilusão alimentou até ao fim...

Desfez-se ela, por certo, quando, à luz da eterna Verdade, lhe foi mostrado em que acertara e em que errara a sua grande alma de português.

*
* *
*

Vai para seis meses, a 2 de Junho dêste ano, a Nação portuguesa de aquém e de além mar — una e indivisível nas Ilhas do Atlântico, nas plagas da Africa sôbre um e outro oceano, nas Índias distantes, na China e na Malásia — ouvia o brado a ressoar entre as duas tôrres da nossa vetusta Cathedral de Santa Maria de Lisboa:

«Arraial! Arraial! Arraial, por Portugal!»

E à voz do Patriarca — herdeiro dos quási lendários Bispos cavaleiros da reconquista cristã, sucessor dos arcebispos da épica e deslumbrante arrancada dos descobrimentos e das missões, filho e neto dos Patriarcas da aurea consagração do nosso esforço evangelizador — à voz do Patriarca, reforçada pela música dos sinos e pelo trovão dos canhões, Portugal inteiro, a Nação tôda de lés a lés, vivos e mortos, levantou-se em pé e, como nunca, apareceu a si própria iluminada pelo sol da sua glória sem par!

Seja Deus louvado!

— E foi o arraial!

*
* *
*

O olhar de António Vieira apagou-se, a sua voz extinguiu-se, o seu vulto é pó caído. Mas a sua alma vive...

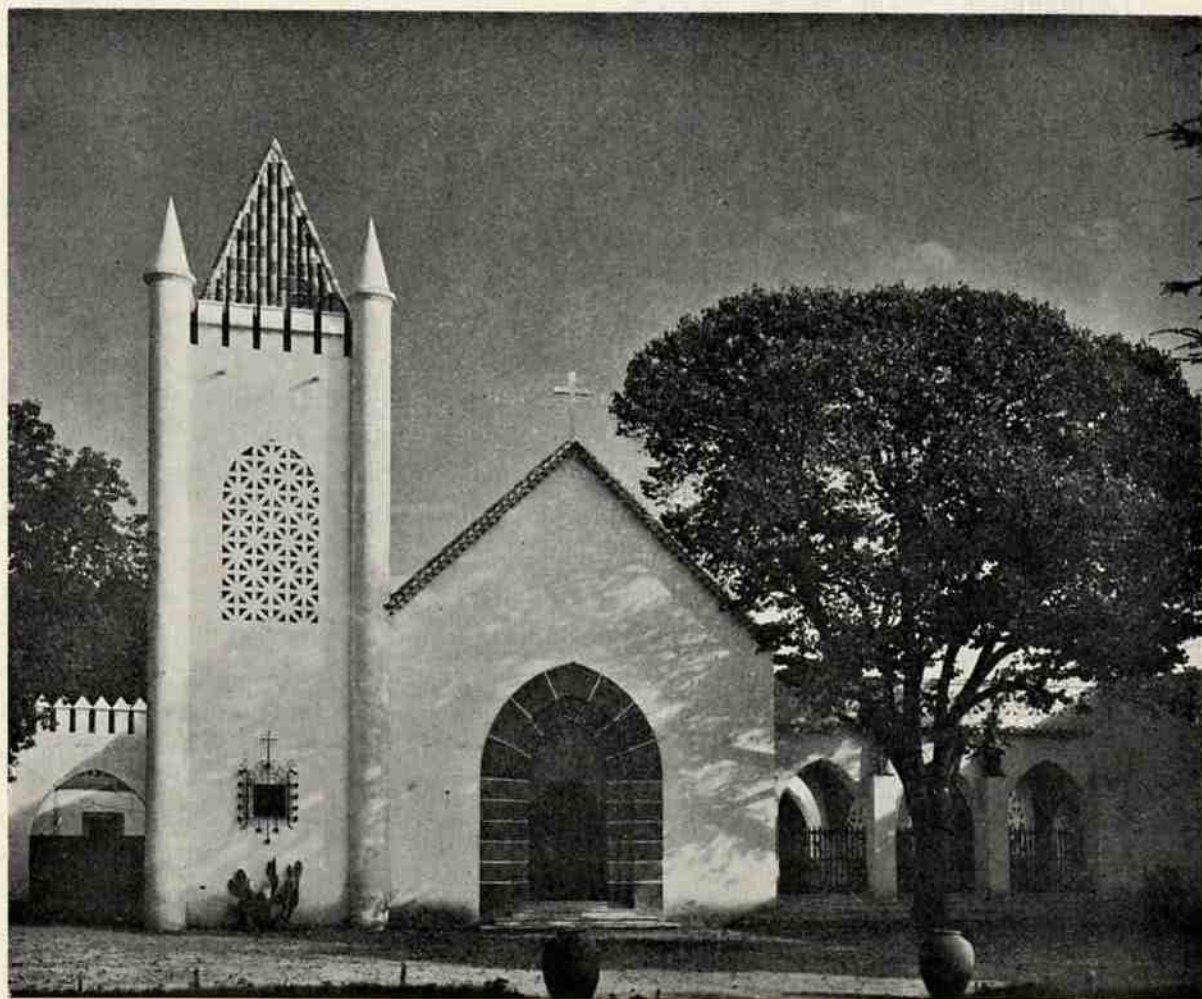
Como todos os mortos imortais da nossa terra, vem comungar com os vivos na grande festa de família. É o arraial!

Atenção! Atenção!

António Vieira vai falar!

(Em seguida, o Rev. Dr. Pereira de Magalhães subiu ao púlpito e declamou o célebre sermão da Epifania, admirável peça oratória bem conhecida, proferida naquele mesmo lugar, em 1662, pelo Padre António Vieira e na qual o insigne jesuita exalta a obra missionária).

EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS



IGREJA DAS MISSÕES, NA SECÇÃO COLONIAL

SESSÃO SOLENE INAUGURAL DO CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA REALIZADA NA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, NA NOITE DE 18 DE NOVEMBRO

DISCURSO DO DR. JÚLIO DANTAS

Inaugura-se hoje, solenemente, nesta Academia de que José Bonifácio de Andrade e Silva — patriarca da independência do Brasil — foi um dos insígnies fundadores, o Congresso luso-brasileiro de história, integrado no sistema de congressos do Mundo Português, a que presido.

Inútil, perante tão culto auditório, encarecer a importância do acto internacional, que estamos celebrando. Se exceptuarmos o instrumento do acórdio idiomático luso-brasileiro, que nesta mesma sala me coube a honra de assinar, há dez anos, com o então embaixador do Brasil, diplomata de superiores méritos, que se chamava também — alto destino de um nome! — José Bonifácio de Andrade e Silva, é este, sem dúvida, o acontecimento de maior relêvo e de mais fecundas consequências que, no domínio da cultura, as relações luso-brasileiras registam. Assegurada definitivamente a unidade inter-continental da língua portuguesa escrita, facto transcendente que abriu ao nosso idioma as Universidades estrangeiras, as duas Nações — exemplo único no Mundo — resolveram estudar em comum a sua História. É para iniciar esse estudo; é para dar começo a essa obra, que representa, talvez, o mais elevado grau até hoje atingido na política de entendimento e de mútua compreensão entre os dois povos, que nós hoje, senhores congressistas, nos encontramos aqui.

Não puderam alguns dos membros da missão oficial brasileira, nomeados por decreto de 23 de Outubro, chegar a tempo de tomar parte neste «claustró pleno» de historiadores. A anormalidade da situação internacional privou-nos da presença dos senhores embaixador Macedo Soares e académico Celso Vieira, respectivamente presidente do Instituto Histórico e Geográfico e da Academia Brasileira de Letras, a quem havíamos confiado, de acórdio com o Itamaraty, as mais altas magistraturas do Congresso. Entretanto, a participação do Brasil nos nossos trabalhos está perfeitamente assegurada.

Não só as comunicações e memórias que vamos

conhecer e apreciar são, na sua grande maioria brasileiras, mas encontram-se ao nosso lado, trabalhando connosco, algumas das mais representativas figuras do moderno Brasil mental; e hoje mesmo, no Rio de Janeiro — a esta hora, talvez — em sessão solene da Academia Brasileira de Letras, esplendida repercussão transoceânica do acto que estamos realizando, ser-nos-á afirmada, por aquêles que não vieram mas que nos acompanham de longe, a mais estreita cooperação e a mais íntima solidariedade. As seguintes palavras de uma comovedora carta de Afranio Peixoto traduzem o sentimento geral dos nossos confrades brasileiros ausentes, por nós considerados presentes em espírito: «Não posso ir a Portugal; não posso estar no Santuário; mas, meu amigo, — até logo!»

O Congresso que inauguramos é, pois, obra de portugueses e de brasileiros. São obvias as razões, não apenas de cortezia, mas de utilidade e de método, que nos levaram a realizá-lo no plano internacional. As matérias que constituem o programa do Congresso luso-brasileiro de história estavam, naturalmente, compreendidas no quadro dos III, IV e V congressos, já realizados: descobrimentos e colonização; monarquia dualista; história política e económica de Portugal, desde a Restauração até ao Constitucionalismo. Mas a história do Brasil colonial já não é apenas história de Portugal; desde a data, gloriosa para ambos os povos, em que a grande Nação americana atingiu a sua maioridade política, é também, e sobretudo, história do Brasil. Património deslumbrante, nêle se revêem, com justificado orgulho, as duas Nações. Tudo indicava que estudássemos juntos um passado que a ambos pertence, proporcionando aos investigadores e aos eruditos portugueses e brasileiros o ensejo de examinar em comum acontecimentos e instituições cujas fontes históricas se acham dispersas pelas bibliotecas e arquivos dos dois países, e de esclarecer, com espírito de rigorosa objectividade, factos a que, em Portugal e no Brasil, têm sido dadas interpretações diferentes, quer na literatura didáctica,

quer em textos históricos e em monografias, críticas e ensaios que enriquecem a bibliografia portuguesa e brasileira respectiva ao período que decorre desde o princípio do século XVI até ao fim do primeiro quartel do século XIX. Não resolvemos, porém, só por nós.

Consultados alguns dos mais prestigiosos centros de cultura do Brasil — designadamente a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — os nossos propósitos de fraterna colaboração foram acolhidos não apenas com afecto, mas com evidente alvoroço. A partir dessa hora, estava em marcha a ideia de um Congresso luso-brasileiro de história — ideia que durante dois anos acarinhámos e que hoje se converteu em brilhante realidade.

Ninguém certamente pretende — seria ambicioso supô-lo — que se possa estabelecer, entre os historiadores brasileiros e portugueses, unidade perfeita de critério acerca de acontecimentos que enchem três séculos de história, e que, aquém e além Atlânticos, são vistos sob ângulos diferentes, conforme as tradições vivas que criaram raízes na consciência colectiva de cada povo e os elementos de ordem moral que inevitavelmente deformam a história pedagógica e pragmática de todas as nações. Nada porém obsta a que, pelo estudo desinteressado dos documentos, se procure em comum a verdade, tanto quanto é possível atingi-la no domínio da investigação histórica, e se realizem, em estreita cooperação, operações de síntese susceptíveis de conduzir a interpretações convergentes. Ninguém pensará também — inútil acentuá-lo — que apenas nos poucos dias que um congresso dura e em algumas dezenas de comunicações e memórias, possa fazer-se a revisão de trezentos e vinte e dois anos da história de duas Nações, e resolver todos os problemas que o seu exame suscita. Mas já será excelente se se resolverem alguns; e, além disso, este capítulo solene de historiadores vale sobretudo como definição de uma atitude, como enunciado de um programa e de um método de trabalho, como acto fundamental promissor de uma colaboração diuturna, que, propiciando o convívio dos intelectuais e, em especial, dos historiadores portugueses e brasileiros contribuirá para o esclarecimento de factos passados cuja sombra se projecta ainda na alma dos dois povos e cuja exacta interpretação não é indiferente, nem á nossa amizade actual, nem ao nosso entendimento futuro. Por mais que a história constitua uma ciência — a ciência do «mundo sucessivo», na expressão de Xenopol — não podemos abstrair do seu valor prático na vida das nações; e todos sabem que os

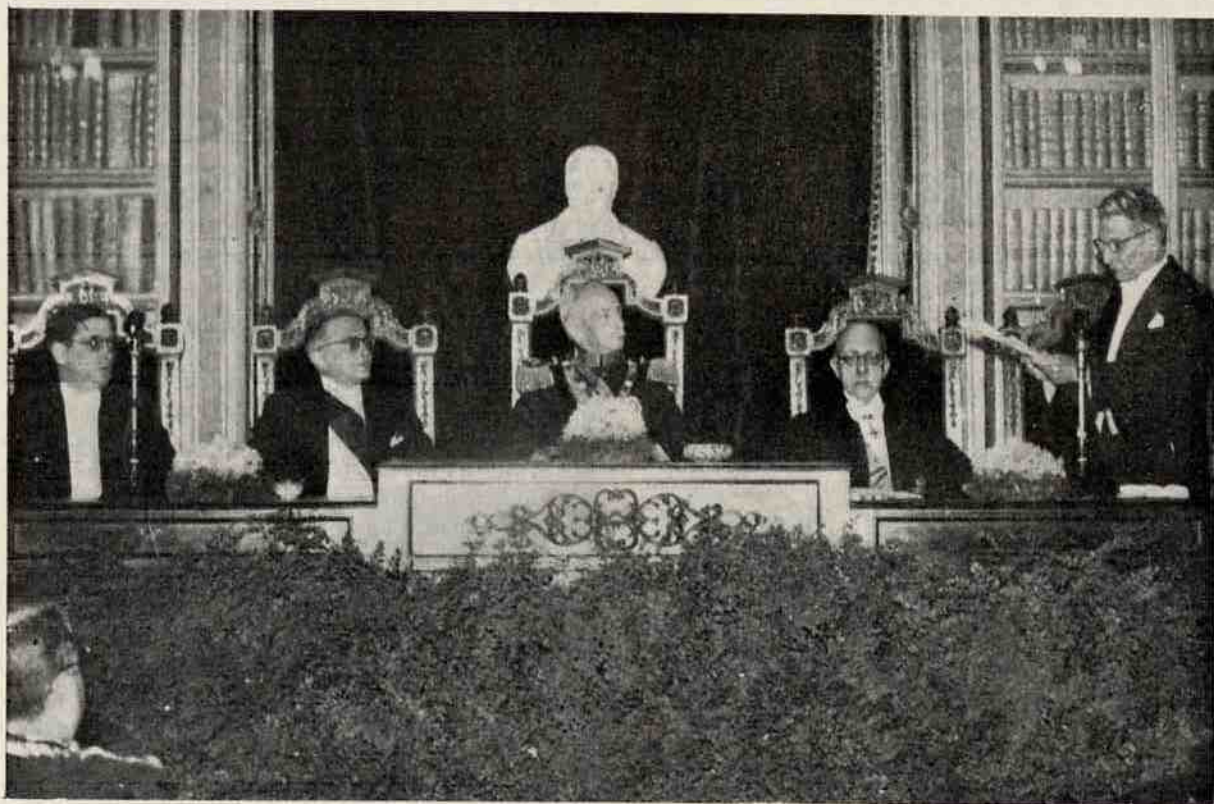
grandes movimentos de aproximação dos povos se devem menos à consideração dos interesses imediatos de ordem económica e política, do que ás imperiosas linhas de força dos sentimentos colectivos tradicionais, que se geram no caos confuso e fe-cundo da História.

Justificado o Congresso, as suas razões e os seus fins, resta-me definir a posição portuguesa perante os trabalhos que vão realizar-se. Essa posição é de puro desinteresse nacional. Quere dizer que nenhum de nós pretende reivindicar seja o que for que não se fundamente em fontes históricas irrecusáveis, e muito menos aproveitar a oportunidade deste Congresso para exaltar, em sentido unilateral e exclusivista, a nossa obra colonizadora. Na presença dos nossos ilustres confrades brasileiros, considerarnos-emos em família. Preferimos revêr-nos nas glórias do Brasil, a ocupar-nos das nossas. Se, porventura, colocados no ponto de vista científico, tivermos de reconhecer erros passados, fá-lo-emos com a fácil coragem de quem realizou uma obra demasiado grande no Mundo para que possa permitir-se, com serena isenção, a elegância moral de confessar que errou. O esforço colonizador dos portugueses — não o ignoramos — tem sido julgado, do outro lado do Oceano, ora com generosa benevolência, ora com excessiva severidade. Consideramos uma e outra atitude perfeitamente naturais, ainda mesmo quando se pretenda apreciar factos de há dois ou três séculos, não dentro do espírito, das tendências e das ideias-fôrças da época em que se produziram, mas á luz de um critério puramente actual. Entre a benevolência e a severidade, há lugar para a justiça da História, única e superior aspiração que nos move.

Abriendo de par em par as portas deste Congresso, e oferecendo ao exame de técnicos imparciais o nosso passado histórico, sem restrições e sem reservas de qualquer natureza, praticamos, penso eu, um acto de confiança e de probidade mental, que não deixará de ser reconhecido pelos homens de boa vontade e de boa fé. Por maiores que sejam as imperfeições e os defeitos da nossa colonização — vasta experiência efectuada quando nenhuma outra nação moderna colonizava ainda em larga escala — uma realidade magnífica existe no continente americano, em verdade difícil de contestar: permanência de uma grande Nação de língua portuguesa, que, contrastando com a rápida desagregação da América espanhola em repúblicas independentes, mantém, há mais de quatro séculos, a sua prodigiosa e indestrutível unidade, — obra não de franceses ou de holandeses, mas de portugueses e de brasileiros.

Nêste espírito de isenção e de desinterêsse trabalharemos, felizes por ter ensejo de recordar, não aquilo que a civilização americana nos deve, mas o muito que o Brasil deve a si próprio, ao seu esforço admirável, ao seu irradiante patriotismo, ao esplêndido desenvolvimento das suas energias autónomas. Se é certo que as matérias de estudo incluídas no programa são anteriores a 1822, quiere dizer, à inde-

tal dum reino praticamente independente, se converteu, com a chegada de D. João VI, na metrópole de todo o império português. O passado contém lições que ao presente convém meditar. Nesta hora grave em que as pátrias vacilam, em que se despedaçam as mais fortes armaduras nacionais, e em que, das ruínas da Europa, um novo Mundo vai nascer, quem sabe que destinos estarão reservados às



O CHEFE DO ESTADO PRESIDINDO À INAUGURAÇÃO DO CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO NA ACADEMIA DAS CIENCIAS

pendência juridicamente reconhecida, não é menos verdade que o Brasil já desde meados do sec. XVII constituía «uma nação», podendo considerar-se o surto industrial de Minas como o primeiro passo no sentido da sua autonomia económica, e a luta contra o domínio holandês no Nordeste como o elemento inicial formador da sua precoce consciência política. Ser-nos-á grato acompanhar, na discussão das comunicações brasileiras apresentadas, o movimento emancipador da grande Nação, que culminou na hora em que o Rio de Janeiro, já mais do que capi-

Nações de estirpe portuguesa, cujos imensos domínios — já o dizia Wickam Steed há quinze anos — convertem o Atlântico num «mar lusitano», e cujas capitais constituem os pontos eleitos de ligação, os pilares da extensa «ponte de prata» que porventura unirá amanhã a velha latinidade europeia à nova latinidade americana?

Senhores congressistas portugueses, brasileiros, americanos do Norte, americanos do Sul: ao declarar inaugurado o Congresso luso-brasileiro de histó-

ria, faço votos pelo êxito dos trabalhos que vão iniciar-se, de incontestável valor para a história como ciência, de transcendente consequências no que respeita às relações culturais e políticas das duas Nações irmãs. O centro de perspectiva da História — disse-o, com perfeita lucidez, Frederico Rauh — não está no passado que se extingue, mas no presente que perpetuamente recomeça. Explicando e revivendo, uns e outros, brasileiros e portugueses, a obra comum e longínqua de três séculos — onde passam, num baixo-relêvo que é a síntese da formação social, da evolução política, da autonomia económica brasileira, navegadores, capitães-mores, governadores, vice-reis, missionários, colonos, desbravadores rudes dos sertões, bandeirantes, faiscadores, garimpeiros, nobreza agrária, gente de guerra, aluviões de povoadores que tornaram possível com o seu esforço, com o seu sacrifício, com a sua dor com o seu amor, essa criação maravilhosa que é o Brasil — nós sentiremos, mais vivamente ainda, que nos corre nas veias o mesmo sangue, que brotamos da mesma Raça augusta, que o clarão da mesma fé ilumina os nossos destinos, que somos um só coração pulsando, ao mesmo ritmo, em duas partes do Mundo. Senhor Embaixador do Brasil: o Congresso saúda em V. Ex.^a um povo amigo e uma pátria imortal. Senhores congressistas: ao entrar nesta sala, não viemos realizar apenas um acto científico, mas também um acto político; não nos encontramos apenas perante sombras, mas perante realidades vivas e palpitantes; não somos apenas os evocadores do Passado, mas os construtores do Futuro. Portugueses e brasileiros: a História nos uniu; a História nos guiará.

DISCURSO DO EMBAIXADOR DO BRASIL

Que minhas primeiras palavras, em cerimónia de tão alta espiritualidade, sejam de comovido agradecimento à Comissão Nacional dos Centenários pelo insigne privilégio que houve por bem conferir-me com o convite a participar da sessão inaugural do Congresso Luso-Brasileiro de História. No momento em que embaixadores da cultura dos dois impérios de língua portuguesa se congregam no augusto recinto desta egrégia Academia, na presença do venerando cidadão que há catorze anos preside à obra ingente e benemérita de reaprumo dos valores morais e espirituais da sociedade portuguesa, semelhante convite enche-me de justo desvanecimento pelo que significa de homenagem ao Brasil

que, há quasi cinco anos, tenho a honra de representar nesta terra tão cara ao meu espirito e ao meu coração.

O Congresso Luso-Brasileiro de História inaugura suas reuniões em hora fatídica para a civilização humana: dir-se-ia que a Europa, a estorcer-se nas dôres de portentosa maternidade, se apresta a trazer à luz um mundo novo, cujas feições mal podemos vislumbrar ainda por entre a espessa fumada que se levanta da fogueira, onde ardem tesouros seculares de tradições civilizadoras que pareciam definitivamente incorporadas ao património cultural da Humanidade. Mas tenho por certo que o estrondo da fúria, desencadeada pelas devastadoras tropelias dos deuses do mal, não vos entibiará o ânimo e, antes constituirá estímulo para a realização do pacífico inventário dos factos da nossa história comum a interpretação do seu processo evolutivo durante os fecundos trezentos anos de cujas entranhas nasceu o Brasil de hoje.

Ainda não foi possível traçar o diagrama superior dessa evolução política e social: apesar-da formidável massa de materiais pacientemente acumulados, desde as ingénuas narrações dos velhos cronistas coloniais, perdidamente enamorados da terra, até às lucubrações dos investigadores armados dos modernos métodos de estudo das leis, do desenvolvimento dos povos e das sociedades, a história do Brasil espera o sopro criador do artista e do filósofo destinados a transfigurá-la. É que síntese de tal transcendência reclama prévia coordenação e publicação de todo o documentário brasileiro, jacente nos arquivos portugueses, e apenas esforçado de quando em quando pela mão curiosa de um ou outro investigador. A realização de tão urgente obra a desafiar a capacidade construtiva de um congresso de eruditos, facilitará, do mesmo passo, o estudo sério e consciencioso, ainda por fazer, da história comparada do Brasil e de Portugal, das variadas reacções do espirito lusitano ante a concepção da vida americana e das poderosas influências, sómente agora entrevistas, dos factores geográficos e económicos, de cuja correlação e interdependência derivarão interpretações inesperadas de mais de um episódio culminante da existência histórica dos dois países. Para a consecução deste duplo objectivo, a revista portuguesa «Ocidente», das mais avançadas atalaias da cultura luso-brasileira, acaba de dar rebate, reclamando imperiosamente dos responsáveis pela educação nacional no Brasil e em Portugal, a medida preliminar e inadiável da criação, nos respectivos estabelecimentos de ensino, das cadeiras de História do Brasil e História de Portugal.

Enquanto aguardamos estes resultados que nos permitam abranger o panorama da evolução histórica dos dois povos na complexidade de suas acções e reacções recíprocas, basta-nos ao reconhecimento e ao orgulho o soberbo espectáculo, já fixado por sem número de estudiosos brasileiros e portugueses, da actividade do génio lusiada nos três primeiros séculos da existência do Brasil, desde a hora crepuscular da revelação da terra até ao dia radioso da sua independência: a princípio, o drama anónimo e obscuro da ocupação pelos primeiros habitantes, perdidos na vastidão imensa da natureza americana; depois, a defesa impertérita do litoral, ameaçado pela cupidez do invasor estrangeiro; e, por fim, já constituídos os primeiros núcleos populacionais ainda ligados por frágeis laços de solidariedade, o alargamento progressivo e gradual do território, obra tenaz e silenciosa do missionário, teatral e movimentada das bandeiras que, em maravilhosa irradiação penetradora, abalam para o interior atraídas pela miragem rutilante das minas, apagam as balizas românticas traçadas em Tordesilhas, embatem os primeiros esporões da cordilheira andina e fazem recuar as lindes do Brasil colonial até quasi às ribas do Oceano Pacífico: essa epopeia de gigantes ainda aguarda o seu cantor e António Raposo seu protagonista máximo, depois de varar o continente americano de lés-a-lés, a avassalar terra e mar para o seu Daus e o seu Rei, finca o estandarte português nos cimos nevados dos Andes oferecendo ao artista do futuro o modelo da estátua que o Brasil e Portugal lhe devem.

Pois bem: em três séculos de labor heróico e quasi sobre-humano conseguiu Portugal injectar no aglomerado inorgânico de adventícios dispersos pelos semfins do território brasileiro o sangue do seu próprio sangue, dotá-lo de órgãos essenciais á vida política, proceder ao que o vosso Ministro das Colónias chamou com tanta felicidade «transfusão de almas», e patentear ao Mundo estupefacto o milagre, ainda não repetido, da criação de uma grande nacionalidade sob o céu dos trópicos, enquanto outros povos colonizadores só conseguiram fazer medrar, nas mesmas latitudes, feitorias até hoje dirigidas por agentes metropolitanos, em detrimento da massa da população nativa, votada á irremediavel inferioridade política e social.

E a empresa foi rude, mesmo para os experimentados obreiros que ainda traziam, húmido, nas mãos o barro com que haviam argamassado o Império do Oriente: mas levaram-na a bom termo com a ajuda, ora da espada, que depois de afiada na construção, engrandecimento e defesa da casa lusitana através-

sara o Oceano sem perder o gume na conquista e desbravamento das terras transatlânticas; ora da pena que, com Pero Vaz Caminha, escreve o primeiro capítulo da Génese brasileira, com os cronistas revela ao mundo os esplendores da natureza tropical e com os legistas e juriconsultos esboça os contornos da organização política e administrativa da colónia; ora da Cruz, já inscrita nas velas que mansamente impeliram para o Brasil as primeiras naus; plantada, de braços erguidos, no recesso da selva americana para o sacrificio da missa simbólica na radiosa manhã pascal; flamejante no coração intemerato dos cavaleiros, dos mártires e dos apóstolos que edificavam o novo Reino invocando o «serviço de Deus»; e presente, desde então, hoje e por lóda a eternidade, no fulgurante cruzeiro de estrelas desdobrado no nosso céu como pálio protector da terra brasileira.

No alvorecer do século XIX o Brasil encontrara-se na plenitude de sua formação territorial: propiciara-a o génio de um estadista, já nascido nas plagas americanas, que em documento fundamental para a história da nossa civilização, demarcara, em suas grandes linhas, a gigantesca arena na qual D. João VI assentaria o Reino, Pedro I a nação independente, nosso Pedro II a monarquia e o povo brasileiro, mais tarde a República, quero referir-me a Alexandre de Gusmão, secretário de D. João V, inspirador depois defensor do ajuste memorável em que as duas nações peninsulares, outrora sócias nas aventurosas cavalarias do mar, concordavam pela primeira vez em definir pacificamente as raías dos seus dilatados e mal conhecidos latifúndios ultramarinos.

O Tratado de limites de 1750 revogou expressamente o de Tordesilhas e os de Lisboa e de Utrecht e aboliu quaisquer direitos e acções em Portugal e Espanha oriundos daqueles ou de quaisquer outros actos públicos anteriores; foi êle que homologou as conquistas das bandeiras e das missões, quadruplicando o primitivo e mesquinho quinhão de terras portuguesas com a incorporação pacífica á Corôa de quasi todo um Continente; foi êle, tambem, que delineou desde então em traços essenciais, a configuração física do Brasil de hoje; foi êle ainda que consagrou o princípio do «uti-possidetis», chamado mais tarde a dirimir pacificamente as diferenças de limites entre o Brasil e as Repúblicas hispano-americanas; foi êle, enfim, que em antevisão profética dos destinos políticos do Novo Mundo, registou a primeira manifestação da consciência pan-ameri-

cana ao determinar que as colónias portuguesas e espanholas da América se manteriam em paz mesmo no caso de guerra declarada entre as respectivas metrópoles na Europa.

E essa unidade territorial, perfigurando futura unidade política, defenderam-na os portugueses tão tenazmente contra castelhanos, contra franceses, contra ingleses e contra holandeses, que em 1822 soada a hora da separação, os brasileiros puderam receber das vossas robustas mãos um Brasil, uno, íntegro, monolítico... É a história dessa epopeia de três séculos, glória imarcessível do génio colonizador de Portugal, que ides estudar, a interpretação dessa obra prima de sagacidade política — a tarefa primacial do Congresso que ora se inaugura.

Mas além deste sentido realista, o Congresso Luso Brasileiro de História oferece também um significado ideal, cuja magnitude e transcendência só a perspectiva do tempo nos permitirá apreciar no seu justo valor; sua inauguração coincidindo com a festa jubilar da nacionalidade ha-de marcar etapa decisiva na campanha de aperfeiçoamento das relações luso-brasileiras em que ha tantos anos impávida legião de batalhadores, no livro, na cátedra, na Imprensa, na tribuna, vem empenhando-se com o fervor, a fé e a combatividade que só as causas nobres e generosas possuem o condão de despertar nos corações dos homens de boa vontade.

Estou em que essa primeira reunião de eruditos e estudiosos para o exame sereno da história comum dos dois países ha-de contribuir também para reforçar as afinidades profundas existentes entre ambos com o apagamento de quaisquer pequenas divergências susceptíveis de dividi-los e ajudará a assentar sobre bases inamovíveis a aliança do sangue, do espírito e do coração.

Bem sei que se anunciam distintos os destinos do Brasil e Portugal por vibrarem ao ritmo de outras aspirações, sentimentos e ideas; bem sei que especialíssimas condições históricas e geográficas lhes traçaram órbitas paralelas mas independentes: bem sei que o Brasil de hoje, na plenitude de sua autonomia política e intelectual, forjou personalidade própria, inconfundível, servida por uma consciência desabrochada ao influxo de um ambiente americano.

Mas também sei que, a-pesar-dessas diferenças, subsiste sempre vivo, no fundo de nossas almas, um resíduo de energias espirituais comuns — espécie de hùmus multi-secular em que mergulham as raízes mestras das duas nacionalidades. São esses elementos imponderáveis, ancorados no mais íntimo dos nossos corações, geradores do misterioso instinto de solidariedade entre ambos os povos que precisamos cultivar amorosamente e inocular no espírito das novas gerações dum e doutro lado do Oceano; são eles que ajudarão brasileiros e portugueses a apertar mais e mais as malhas das armaduras que vestirão um dia para afrontar unidos as emboscadas e surpresas nas encruzilhadas da história e realizar sua missão civilizadora, sem outras ambições que as do contínuo aperfeiçoamento moral, sem outras emulações que as nascidas do trabalho em comum; sem outras conquistas que as do Direito e da Justiça; são eles ainda que irmanarão as duas grandes Pátrias num vasto império de influência decisiva nos destinos da sociedade humana, quando tiverem povoado seus 11 milhões de quilómetros quadrados nas cinco partes do mundo e restituído á língua portuguesa o ceptro da universalidade dos dias heróicos e gloriosos do seu passado.

A delicada obra de compreensão mútua entre o Brasil e Portugal, cuja trama subtil se vem, assim, estreitando dia a dia, recebe agora com a reunião desse Congresso consagração pública, solene, definitiva. Nesta hora sombria da Humanidade só nos resta elevar nossos corações á altura dos ideais comuns, não deixar esmorecer nem apagar no tabernáculo de nossas almas a chama sagrada dessa solidariedade criadora e manter sempre vivo e sempre resplandecente o radioso ideal da fraternidade luso-brasileira. Estou seguro de que assim obrando honraremos hoje os que já se foram e facilitaremos a tarefa dos que depois de nós se empenharem na mesma batalha. Só assim seremos dignos dos nossos maiores. Só assim mereceremos as benções das gerações vindouras. Só assim faremos com que, em nossos dois países, benfados pela Providência, a obra dos homens seja sempre digna da obra de Deus...



ALGUMAS CARTAS DE D. JOÃO IV

APRESENTADAS E ANOTADAS POR EDUARDO BRAZÃO

Aqui se terminam as cartas de D. João IV para o govêrno do Alentejo que encontramos na Biblioteca da Ajuda.

Nas ordens do monarca que hoje publicamos foca-se sobretudo o aspecto económico da guerra, que muito interêsse tem. E, na carta de 21 de Fevereiro de 1654 para o Conde de Soure, aborda-se um problema moral que convem fixar: D. João IV tendo sido avisado que o soldado Noutel de Moraes havia raptado uma mulher casada, levando-a, ajudado por um companheiro, com seus filhos para Moncaras, ordena às justiças dessa vila que o delinquente seja preso, não se tendo assim em consideração, mas «por esta uez somente», o couto da vila a êsse militar. O Rei mandava dêste modo desrespeitar uma disposição legal para que um criminoso não ficasse impune.

XXVII

Conde amigo. Eu El Rey uos enuio m.^{to} saudar, como aquelle q̄ amo. Hauendo visto a uossa carta de 31 de Dez.^{to} proximo passado, em que representais o dano que se segue, e pode seguir a meu seruiço de faltarem as mesadas para se soccorrer o ex.^{to}, pedindose acuda ao remedio deste dano antes q̄ seia maior, me pareceo dizeruos que nesta materia se manda fazer toda a diligencia, até com os Estados das Cortes; E parq̄ o tenhais entendido, se uos faz este auiso. Escrita em Lx.^a 31 de Jan.^{to} de 654.

Rey . . .

Saluador Correa de sáa j benauide.

Pedro Cesar de Meneses

P.^a o Conde de Soure. (1)

XXVIII

Conde amigo. Eu El Rey uos enuio m.^{to} saudar, como aquelle q̄ amo. Para Capitão da companhia de Arcabuzeiros, que nesse exercito uagou pela deixação que della fez Andre de Azeuedo, para a qual me propusestes sogeitos, fui seruido nomear ao Thenente Ber-

(1) Biblioteca da Ajuda. Códice 51-VI-29, fol. 136.



D. JERÓNIMO DE ATAIDE

D. Jerónimo de Ataíde, VI Conde de Atouguia. Foi «do Conselho de Estado, e Guerra, Governador do Brasil, nomeado a 14 de Dezembro de 1652, e das Armas da Provincia de Traz os Montes, e Alentejo, Capitão General da Armada Real, Presidente da Junta do Comércio, lugares, que exercitou com acerto, e desinteresse». (Caetano de Sousa — Memórias históricas e geneológicas dos grandes de Portugal — 4.^a Ed., pag. 198).



CONDE DA ERICEIRA

D. Fernando de Meneses, II Conde da Ericeira. Foi do Conselho de Estado e Guerra de D. Pedro II e seu Gentil-Homem da Câmara. E tendo sido Governador e Capitão-General da Cidade de Tanger «morreo de oitenta e cinco annos em 23 de Junho de 1699, deixando gloriosa memoria pelos serviços da guerra de Italia, Alentejo, e Tangere, e na paz nos lugares politicos, e igualmente nas letras, escrevendo a Historia Latina del Rey D. João IV, que se imprimio, a de Tangere, e outras obras». (Caetano de Sousa — Memórias históricas e geneológicas dos grandes de Portugal — 4.^a ed., pag. 246).

nardo de faria primeiro proposto. De que me pareceo auisaruos para q̃ o tenhais entendido.
Escrita em Lx.^a 31 de Jan.^o de 1654.

Rey . . .

Saluador Correa de sãa j benauide.

Pedro Cesar de Meneses

P.^a o Conde de Soure. (1)



D. JOÃO IV

(1) Biblioteca da Ajuda. Códice 51-VI-29, fol. 137.

XXIX

Conde amigo. Eu El Rey uos enuio m.^{to} saudar como aquelle q̄ amo. Vi a uossa carta de 24 de Dez.^{to} proximo passado, em q̄ me dais conta do furto que Noutel de Morais soldado desse exercito, e hum companheiro seu fizerão em Oliuença de huã molher casada que com seus filhos leuarão a Villa de Moncaras; e do requerim.^{to} que uos fez o Juiz de fora della; (mandandouos prender; e leuar a essa Cidade estes dous homês, em rasão da queixa que o marido fez do caso) para q̄ sobestiuesseis na ordem; apontando o Juiz que por este modo se uiolaua o couto daquella Villa. E por este caso me parecer digno de se castigar plas rasões apontadas na uossa carta, mando escreuer as justiças da Villa de Moncaras a carta q̄ sera com esta, e lhe fareis remeter, na qual ordeno q̄ por esta uez som.^{to} não ualha o couto a Noutel de Morais. E p.^a q̄ o tendais entendido se uos faz este auizo. Escrita em Lx.^a 21 de feu.^{to} de 1654.

Rey . . .

O Marques Almirante.

Pedro Cesar de Meneses

P.^a o Conde de Soure. (1)

XXX

Conde amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar como aquelle que amo. Por carta de 30 de nouembro proximo passado vos mandei auizar da resolução que fuy seruido tomar na pretenção que a nobresa e pouo da Villa de Monforte tinha de que se lhes desse pão de monição para se sustentarem e assistirem as guardas. E porque os officiaes da Camara daquella Villa me representarão agora que se deixaua de dar a execução esta resolução por não hauer aly uegias do campo, a que só se mandaua dar pão de monição, pedindome que pois as não ha tenha effeito a merce que lhes fiz nas sintinellas das trincheiras da mesma Villa uisto a pobresa com que se achão por cauza da guerra. Hey por bem que na forma que elles pedem, façaes soccorrer as sintinellas daquella Villa com pão de monição. Escrita em Lx.^a 13 de Março de 1654.

Rey . . .

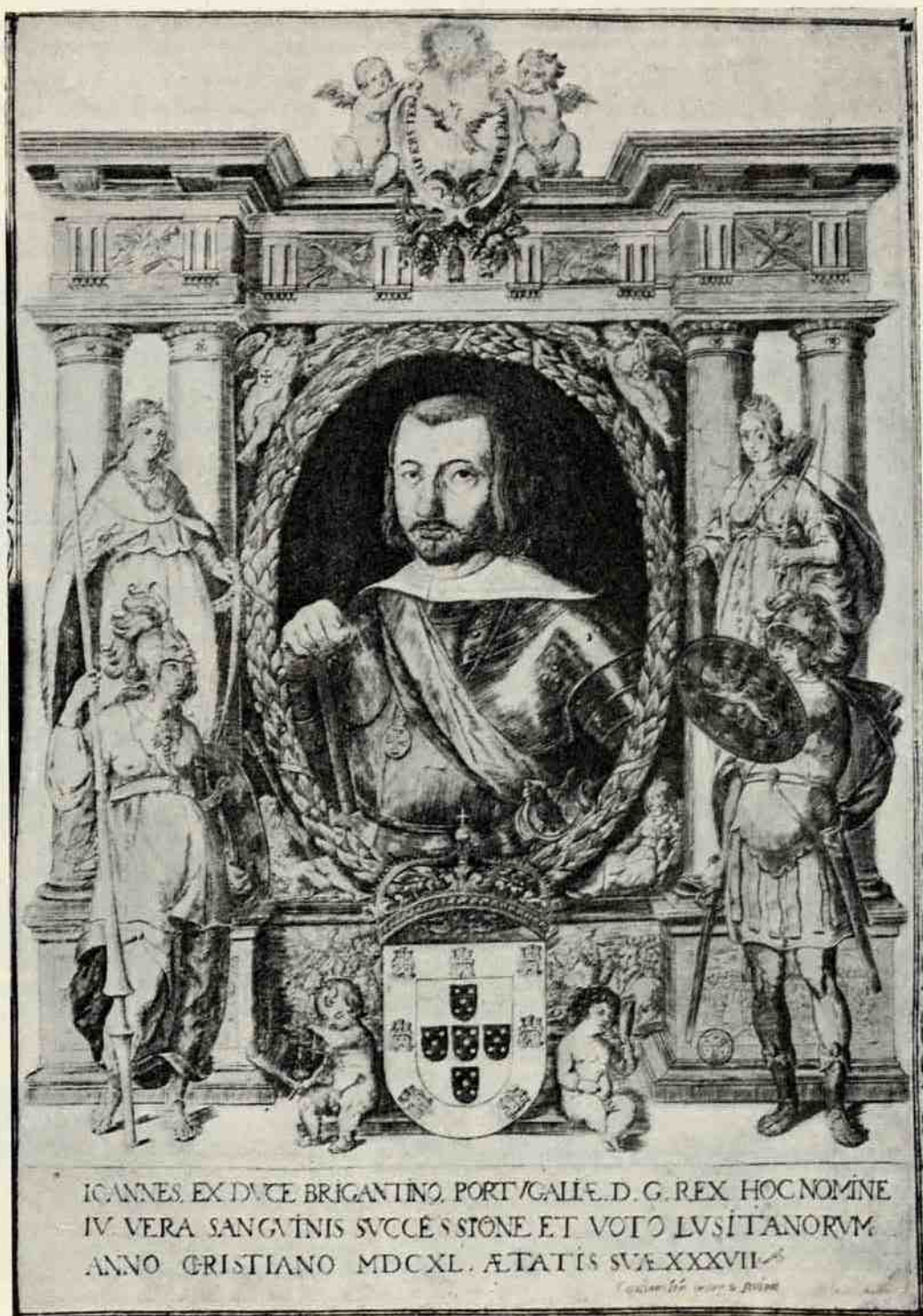
Saluador Correa de sãa j benauide.

Pedro Cesar de Meneses

P.^a o Conde de Soure. (2)

(1) Biblioteca da Ajuda. Códice 51-VI-29, fol. 151.

(2) Biblioteca da Ajuda. Códice 51-VI-29, fol. 59.



D. JOÃO IV

XXXI

Andre de Albuquerque. Eu El Rey uos enuio muito saudar. Hauendo uisto a uossa carta de 27 do passado em que me auizaes que por não pararem as fortificações de Oliuença e Campomayor hauia muitos dias se estaua accudindo ao trabalho dellas como o dinheiro da consignação dessa praça de Eluas de que hauia resultado faltar agora para todas, lembrando quoaunto conuem que para huãs e outras se prouēja a mayor quantidade de dr.º que for possiuel, me pareceo dizeruos que logo mando aplicar os effeitos destinados as fortificações destas praças e aduirtiruos que estando essa de Eluas posta em deffensa conuira muito jr dispondo as couzas de modo que tambem o estejão as outras duas quoaunto antes for possiuel. Escrita em Lx.ª 19 de Majo de 1654.

Rey . . .

Saluador Correa de sãa j benauide.

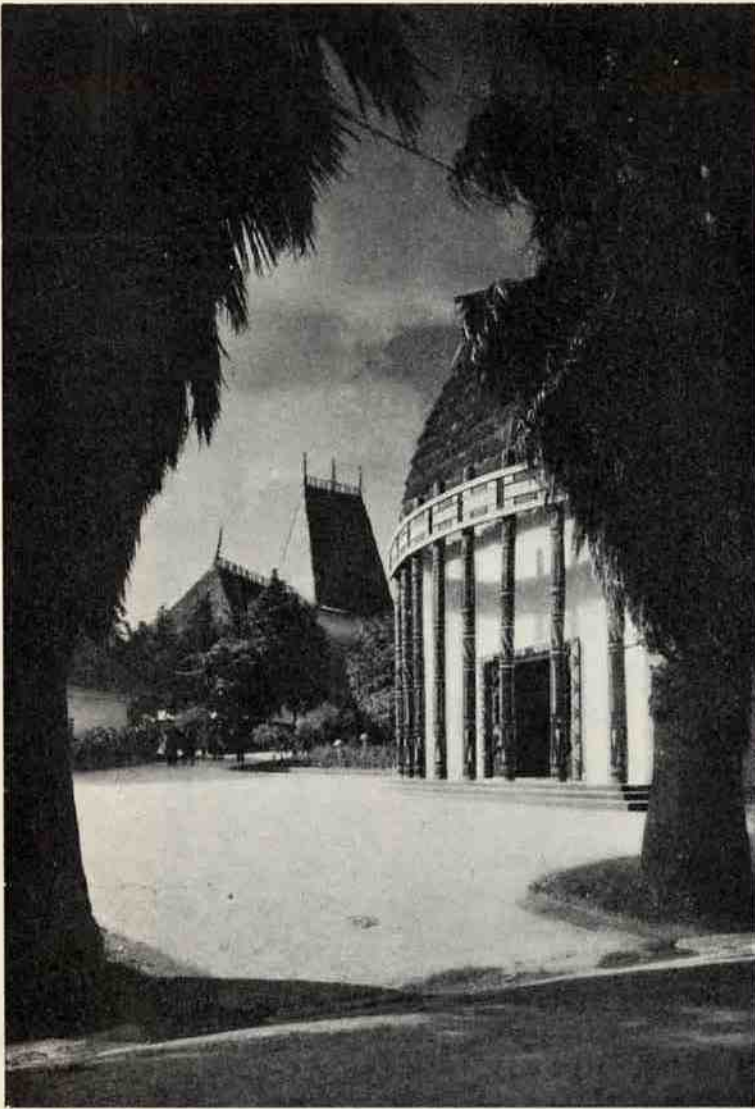
Pedro Cesar de Meneses

P.ª o G.ª da cauallr.ª do ex.ª de Alentejo. (1;

(1) *Biblioteca da Ajuda. Códice 51-VI-30, fol. 46.*



EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS



UM PAVILHÃO DA SECÇÃO COLONIAL



VENDEDEIRA DE LOUÇA NO CENTRO REGIONAL

CASTELOS DE PORTUGAL

MERTOLA E SERPA

A escola tem um papel primacial a representar nesta obra de tão nobres intenções e de tão belo significado, não só familiarizando os novos com as pedras das vetustas muralhas das nossas fortalezas e explicando-lhes o que representam estas preciosas e artísticas iluminuras da História de Portugal, como também avivando-lhe no espirito os mais belos rasgos de heroísmo e lealdade e as acções cavalheirescas dos seus antepassados.

(Em Defesa dos Castelos Portugueses por *Jorge Larcher*).



CASTELO DE MERTOLA

Êstes dois velhos castelos de que nos vamos ocupar nestas ligeiras notas foram arrancados à posse dos moiros, nesse período áureo de conquistas para o alargamento de Portugal.

Mértola, a antiqüíssima cidade romana, tanta vez devastada e saqueada, foi reconstruída pelos árabes.

Ibn Kasi fez do seu castelo, situado em admirável posição estratégica, o centro dos seus estados, e aliado com D. Afonso Henriques penetrou nos distritos de Beja e de Mérida.

Esta aliança em breve se quebrou, porque os sarracenos não gostavam desta união com o rei cristão.

A conquista de Mértola pelos portugueses parece que foi em 1238, segundo a opinião de A. Herculano, visto que a doação desta povoação aos freires da ordem de S. Tiago é de Janeiro de 1239.

Para a posse desta vila bastante contribuíram os valorosos cavaleiros daquela ordem militar, aos quais D. Sancho deu o senhorio das povoações submetidas com o encargo de as defender, estabelecendo-se o convento em Mértola, como lugar mais próximo das novas fronteiras e procedendo logo êstes cavaleiros à construção do castelo e muralhas, para melhor se defenderem dos moiros, que no Algarve e Andaluzia possuíam ainda grandes e poderosos estados.

A sua posição e a fortaleza das suas muralhas deram-lhe uma certa importância, e ainda em 1664, quando se procedia à construção das fortalezas do Alentejo, o Marquês de Marialva, numa carta dirigida ao rei, referia-se assim ao castelo de Mértola: «Mértola está sobre Guadiana, e até agora, nem o inimigo, nem nos alcansamos a importancia della, porque se o tivera considerado, a ouvera ocupado, ou nos bem fortificada, e assim conviria muito, não haver descuido, porque pode ter consequencias muy uteis para a nossa deffença.»

Hoje esta antiga fortaleza encontra-se em deplorável estado, carecendo de importantes obras para que se possa manter e conservar como recordação do nosso glorioso passado.

Serpa caiu em poder de D. Afonso Henriques no ano de 1166 e ocupada mais tarde pelos moiros foi reconquistada por D. Sancho II em 1232.

Em grande estado de ruína encontrou D. Diniz esta povoação, cujo alcácer e castelo fez de fundamento com muitas despesas de seu tesouro conforme a narração de Rui de Pina, na crónica dêste monarca.

Serpa era rodeada de muralhas com o seu forte castelo e tinha 5 portas: de Moura, de Sevilha, de Corredoura, de Beja e Porta Nova.

Teatro de notáveis acontecimentos históricos, bastantes estragos sofreu nas lutas com os moiros e mais tarde com os castelhanos.

Na carta do Marquês de Marialva, já atrás mencionada, se faz também referência a esta povoação nestes termos: «O Forte de Serpa está acabado; a obra que se avia de fazer

na villa está parada, muito em prejuizo de sua deffença, pois o forte não defende a villa, e he necessario fortificala, porque he praça de grandes consequencias para a defesa da Provincia, e de muitas se o inimigo a conquistar, o que Deus não permitirá.»

Em 1707 foi Serpa sitiada pelo Duque de Ossuna, com numerosas fôrças; a pequena guarnição da praça, com o auxilio dos habitantes da povoação, obrou prodígios de valor,



MURALHAS DO CASTELO DE SERPA

mas a falta de mantimentos e de munições não lhe permitiu continuar a sua heróica resistência, sendo forçada a capitular a 26 de Maio do mesmo ano.

No ano seguinte os portugueses obrigam os espanhóis a abandonar a praça, mas êstes antes de se retirarem destruíram-na, deixando-a em grande estado de ruína.

Por meio de minas os espanhóis arrasaram três tórres e outras tantas portas das muralhas de Serpa, sendo a de Sevilha a que mais estragos sofreu.

A acção do tempo e dos homens continuou a sua obra de devastação, deixando em deplorável estado êste velho monumento militar.

Francisco de Melo, senhor de Ficalho e alcaide mór de Serpa edificou uma sumptuosa residência junto do castelo, que era abastecida de água por uns grandes arcos feitos sôbre a muralha.

Em 1870 e 1871, registaram-se importantes desmoronamentos das muralhas e das tórres dêste velho castelo, que tão activo se mostrou nas guerras contra os moiros e castelhanos, e que hoje se encontra em lamentável estado de ruína e sem grandes possibilidades de reconstrução.

É triste que fôssem lançados ao abandono êstes veneráveis monumentos militares, cuja ruína podia facilmente ser evitada, se em devido tempo lhes acudissem com pequenas obras de conservação e leis severas não permitissem a sua destruição.

JORGE LARCHER



NOTAS VÁRIAS

PROVISÃO DE SUA EMINÊNCIA O SENHOR CARDIAL PATRIARCA

MANUEL II POR MERCÊ DE DEUS CARDIAL
PATRIARCA DE LISBOA

Quiseram os Bispos Portugueses celebrar, neste Ano Aureo dos Centenários da Fundação e da Restauração da Pátria, com especial esplendor, a Festa da Imaculada Conceição da Virgem Santíssima, Padroeira de Portugal.

No próximo dia 8 de Dezembro, estarão eles reunidos na velha Sé Patriarcal — onde tódas as alegrias cristãs e nacionais viveram sua adequada expressão — participando e dando lustre ao Pontifical soleníssimo, que se realizará com tóda a pompa litúrgica, segundo o rito joanino.

Mas a voz dos Fieis não deve ficar silenciosa, diante da ratificação feita pelos seus Pastores, do juramento de fidelidade e amor, que o Rei, e as Côrtes, e as câmaras, e as paróquias, e o país inteiro prestaram em 1646 á Padroeira então eleita.

Queremos que o dia da Imaculada Conceição de Nossa Senhora seja comemorado festivamente em tódas as paróquias do Nosso Patriarcado.

O momento é, mais que nunca, de erguermos para Nossa Senhora as nossas mãos suplicantes, para que o seu amparo leve Portugal a continuar em esperança e glória, nos seus caminhos.

Pertence-nos a nós, portugueses do século XX, o dever e a honra de agradecer á Excelsa Padroeira o ter-nos maternalmente acompanhado ao longo de oitocentos anos de lutas, de martírio e de fé.

Havemos, pois, por bem determinar:

1.º — que, a 8 de Dezembro, como demonstração de regosijo, se repiquem os sinos, especialmente ao meio-dia, hora em que na Sé Catedral estará sendo renovado o Sacrificio da Divina Vítima, por Quem faremos subir ao Ceu, em nome da Nação Portuguesa, a nossa homenagem de reparação e acção de graças.

2.º — que se promovam em tódas as igrejas fervorosas comunhões gerais, para assim melhor honrar a Mãe de Deus e nossa celestial Padroeira, recebendo a seu Divino Filho, que será no nosso coração a mais preciosa Oferta do glorioso dia.

3.º — que se celebre, a hora conveniente, uma função religiosa em honra de Nossa Senhora, renovando nela a *Consagração ao Coração Imaculado*

de Maria, que está preceituada para a conclusão do mês de Maio. (*Vida Católica*, Ano XIV, n.º 216-217, Junho-Julho de 1930).

Dada em Lisboa e Paço Patriarcal, aos 26 dias do mês de Novembro de 1940.

† M. CARDIAL *Patriarca*

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

A TERRA DA MAIA (Subsídios para a sua monografia) — Vol. I — Pelo *Padre Agostinho de Azevedo*. Ed. da Câmara Municipal da Maia. 1939

AMADOR BUENO — O Aclamado — (Romance histórico) — por *Aureliano Leite*. S. Paulo (Brasil). 1938

A VIDA PELO AMOR (Versos) — Por *Jessé de Almeida*. Livraria H. Antunes, editora. Rio de Janeiro. 1939

Insero este volume a «Marcha solene dos Centenários de Portugal» — versos do autor, que Nicolino Milano musicou e Manuel Móra iluminou em pergaminho, para oferecer ao Chefe do Governo Português por ocasião dos centenários.

À MARGEM DO PRÓXIMO CENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL. COMO ESTA FOI ANUNCIADA EM GOA — por *Amâncio Gracias*. (Separata do «Boletim do Instituto Vasco da Gama», n.º 41 — 1939). Tipografia Rangel — Bastorá. 1939

ESTUDOS ITALIANOS EM PORTUGAL — Vol. 2 — Colaboração de Reinaldo dos Santos, Vieira de Almeida, António Paúl, Oliveira Guimarães, Luiz Reis Santos, J. Pires de Lima, Eduardo Brazão, Manuel Lopes d'Almeida, etc. — Ed. do Instituto de Cultura Italiana em Portugal. Lisboa. 1940

A GUERRA DA RESTAURAÇÃO EM VALENÇA — por *José da Mota Lopes*. Colecção Centenários (N.º 1) — Separata de «O Minhoto». Valença. 1940

GIL VICENTE (Revista literária de cultura nacionalista) — Vol XVI (N.º 5, 6 e 7) consagrado às Comemorações Centenárias. Guimarães. 1940

Insero este número colaboração de D. Fernando Tavares e Távora, José Trépa, Alfredo Pimenta, Alberto Vieira Braga, Mário Gonçalves Viana, Manuel Araújo, João Neiva, Feliciano Ramos, António Alvaro Dória, Afonso Lopes Vieira, César de Olivei-

ra, Azinhal Abelho, Jerónimo de Almeida, José de Oliveira, Manuel Alves de Oliveira.

CAPELAS PERFEITAS (Poemas) — por *Adolfo Simões Müller*. Ilustrações de Manuel Lapa. Lisboa. 1940. Contém os seguintes poemas: *Ronda do berço*; *Triptico da glória*; *As cinco chagas*; *Capelas perfeitas*.

MANUEL TOMÁS, POETA VIMARANENSE DA RESTAURAÇÃO — por *Manuel Alves de Oliveira*. (Separata ao vol. XVI da revista «Gil Vicente»). Guimarães. 1940

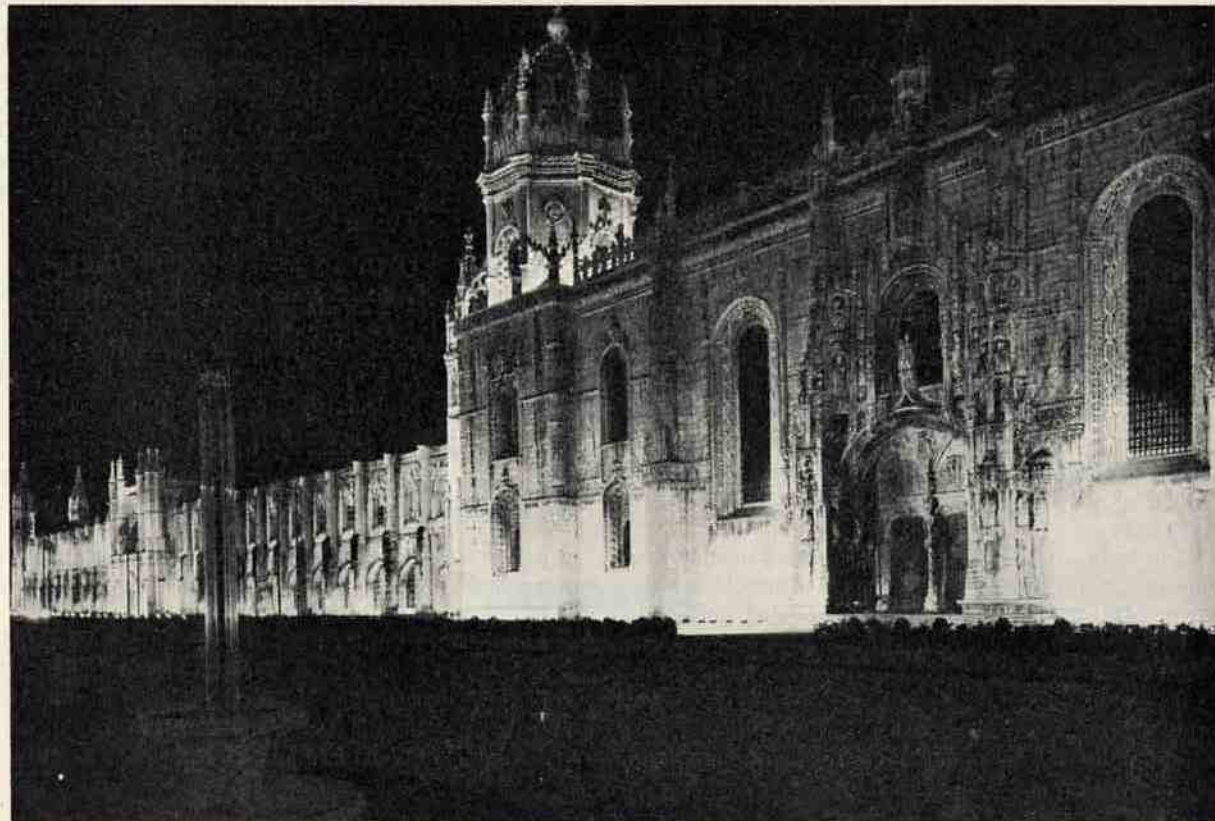
REVISTA DE GUIMARÃES (Volume especial comemorativo dos Centenários da Fundação e da Restauração de Portugal) Ed. da Sociedade Martins Sarmiento. Guimarães. 1940. Colaboração de: Pedro Vitorino, P.^o Miguel de Oliveira, Alberto Feio, António Gomes da Rocha Madahil, Cláudio Basto, Artur de Magalhães Basto, Hernâni Cidade, Mário Cardozo, António Lopes de Carvalho, João Lopes Faria, Joaquim de Carvalho, Alberto Vieira Braga, Gastão de

Mello de Mattos, Ernesto Soares, Belisário Pimenta, Luiz Pinto Garcia, Fr. Pedro Vaz Cirne de Sousa. Tiragem de 500 exemplares.

HISTÓRIA PEQUENINA DE PORTUGAL GIGANTE (Um serão dos Centenários) — por *António Corrêa d'Oliveira*. Ed. da Companhia Editora do Mímo. Barcelos. 1940

COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS. PROGRAMA OFICIAL. 1940 — Edição de luxo. Tiragem de cinco mil exemplares numerados de 1 a 5.000. Editado pela Secção de Propaganda e Recepção da Comissão Executiva dos Centenários. Realização dos Serviços gráficos do Secretariado da Propaganda Nacional. Lisboa. 1940

ITINÉRAIRE HISTORIQUE DU PORTUGAL — Texte de *Virgínia de Castro e Almeida*. Notes de *Fernando de Pamplona*. Ed. da Secção de Propaganda e Recepção da Comissão Executiva dos Centenários. Lisboa. 1940



MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS — ASPECTO NOCTURNO



